

Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Faculdade de Educação da Baixada Fluminense Departamento de Geografia

Jessica Damiana Pires Fernandes

Baía de Guanabara um Espaço Heterogêneo: A disputa entre REDUC e os povos tradicionais.

Jessica Damiana Pires Fernandes

Baía de Guanabara um Espaço Heterogêneo: A disputa entre REDUC e os povos tradicionais.

Monografia apresentada ao Departamento de Geografia da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, como requisito parcial à obtenção do título de licenciatura em Geografia.

Orientadora: Prof. Drº. Simone Fadel

Jessica Damiana Pires Fernandes

Baía de Guanabara um Espaço Heterogêneo: A disputa entre REDUC e os povos tradicionais.

	Monografia apresentada ao Departamento de Geografia da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, como requisito parcial à obtenção do título de licenciatura em Geografia.
Aprovada em://	-
Banca Examinadora:	
	Prof. Dr°. Simone Fadel (Orientadora)
	Faculdade de Educação da Baixada Fluminense – (FEBF-UERJ)
	Prof. Me. Elaine Cristina Ozório

Prof.Faculdade de Educação da Baixada Fluminense – (FEBF-UERJ)

Duque de Caxias 2014

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho a todo esforço que minha família fez para que eu chegasse ate aqui, obrigada a todos por me permitirem sonhar e realizar! Obrigada SENHOR!

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus em primeiro lugar, por ter sido minha força nos momentos difíceis que ao longo dessa caminhada surgiram, sem ti Senhor nada teria sido possível, meus sonhos não estariam finalmente se tornando reais, sem a Sua presença nos instantes de agonia, nas perdas que sofri, e principalmente por Seu amor e paciência constantes em minha vida nada seria possível! Te agradeço Senhor por tudo que tens feito em minha vida!

A minha família que ao meu lado esteve sempre, principalmente a minha tia Iara que esteve por toda vida me apoiando, cuidando e me dando forças, que dedicou sua vida à mim, para que hoje esse meu sonho pudesse se tornar real, não tenho palavras que possam descrever o tamanho do meu amor por você, nem o quanto sou grata por tudo que fizeste, espero que Deus nos permita muitos outros longos anos juntas, e que sempre haja espaço para esse amor crescer. Obrigada por tudo!

Minha mãe, que dentro de suas limitações fez todo seu possível para que eu alcançasse o sonho que sempre tive, meu muito obrigado! Aos meus irmãos, que não tiveram essa oportunidade, mas sempre torceram por mim, Luana e Fábio, de onde quer que estejam é para vocês essa conquista! Meu muito obrigado!

As minhas primas Carla e Camila, meu tio Roberto, meus tios Jorge e Alessandra, que aturaram e aturam todos os meus momentos de nervoso, que me apoiam e me ajudam em tudo que preciso, não tem como esquecer de vocês, muito obrigado por fazerem parte de minha vida e dessa vitória!

Aos amigos que a FEBF me trouxe, quero agradecer imensamente por terem estado ao meu lado durante esses quatro anos. Alguns em especial quero dedicar algumas breves palavras. Gabriel de Lima Souza, o meu anjo da guarda, não sei o que seria de minha vida sem você meu amigo, tão doce, tão presente, tão companheiro! Dividiu comigo os meus melhores e piores momentos durante esses anos, falta-me palavras para lhe agradecer por tudo que fez, por todos os momentos, por toda sua força e amizade, acho que tudo que eu diga ainda seria pouco. Te amo infinitamente!

Minha querida e doce Maria Luiza Silva, nossa são tantas histórias nesses longos anos, tantos momentos felizes, tantas festas, tantas lutas, tudo sempre com você e essa sua força gigante. O que seria de minha vida sem sua razão para me chamar de volta em alguns

momentos, acho que ninguém além de você seria capaz de entender essa menina sonhadora, cheia de sonhos encantados, obrigado amiga por estar dividindo comigo tudo que esses quatro anos nos proporcionou, espero que as nossas vidas ainda estejam unidas pelo plano de Deus por muitos e muitos anos.

Agora a mais doce de todas, uma flor de pessoa, Aline Guedes. Amiga sem essa sua alegria contagiante, essas suas delicadezas o que teria sido desses quatro anos? Não teriam tido a mesma graça. Você é uma pessoa super meiga, de verdade, no fundo você é sim, obrigada por ter feito parte de tudo isso, e que continue em minha vida para sempre.

As minhas queridas amigas, Marcia, Thamyres e Cibelly, sem esquecer o querido Pablo, que chegaram no final, mas nem por isso deixaram de ser importantes nessa reta final. Obrigada pelas alegrias nas viajem, pelas tardes de bobagens, por estarem ao meu lado sempre! Amo vocês.

Aos mestres que pude ter o prazer de encontrar na FEBF. Professor Luciano que transformou toda uma faculdade com sua chegada. Professor Alvaro com seus inúmeros textos pesados, mas de gigantesca contribuição. Professora Andrea com seu coração de mãe, e por último e não menos importante, a minha querida Simone Fadel: não tenho palavras que descrevam como você foi fundamental nessa minha caminhada, querida Simone, em tantos momentos difíceis pude contar com seu apoio, pude ouvir seus conselhos, e ganhar sua amizade e carinho, são coisas que não terei como retribuir jamais, meu muito obrigado a você!

Quero agradecer também a um alguém especial, que durante esses anos esteve ao meu lado, mesmo em silêncio, de longe, me apoiando e cuidando de mim. Obrigada por me mostrar o lado bom que o amor pode ter, por fazer desses os melhores anos de minha vida! Pra você eu não teria palavras que fossem capazes de descrever tudo que sinto, ou o quanto sou grata por ter tido você em minha vida. Acho que nada daria conta de retratar tudo que você me fez, vou tenta resumir na frase mais clichê que eu poderia utilizar, mas que talvez se aproxime e contenha tudo que eu gostaria de dizer aqui em poucas palavras: EU AMO VOCÊ!

MEU MUITO OBRIGADA A TODOS VOCÊS!

RESUMO

Com uma arquitetura de contrastes, a Baía de Guanabara vem desde a chegada dos portugueses sendo um dos elementos de grande destaque na paisagem natural do Rio de Janeiro. Ao longo de sua história, esse espaço veio sofrendo inúmeras transformações, principalmente mudanças causadas pela ação antrópica em sua área. Atualmente a Baía se apresenta como um espaço de tensões e disputas entre a indústria petroquímica e as populações que de alguma forma dependem desse espaço para manutenção de suas culturas e sobrevivência. Diante dessas colocações, o presente trabalho tem como objetivo analisar brevemente as transformações da Baía de Guanabara ao longo dos séculos, os elementos que atualmente compõem esse espaço e o tornam um território de disputa, além de buscar identificar e apontar a atuação dos movimentos sociais frente aos conflitos socioambientais que emergem das relações e inter-relações dos sujeitos que atuam nesse espaço.

Palavras-chaves: Baía de Guanabara; Conflitos Socioambientais; Movimentos Sociais.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1: Mapa da bacia hidrográfica da Baía de Guanabara	12
Figura 2: Mapa da Baía de Guanabara em 1500	14
Esquema 1: Síntese das múltiplas funções dos Elementos do Espaço na Bai	ía de
Guanabara	21
Esquema 2: Dimensões de análise do espaço da Baía de Guanabara	22
Figura 3: Conflito entre pescadores e RECUC	24
Figura 4: Faixas de repúdio as obras de infraestrutura da REDUC	24
Figura 5: Pescadores e dutos da REDUC	25
Mapa 1: Área de pesca sem influência de dutos	34
Mapa 2. Área de pesca com influência direta dos dutos	35
Figura 6: Embargo a construção de dutos do parque industrial da REDUC	36

SUMÁRIO

Introdução9
1. A Baía de Guanabara12
1.2 As diferentes funções da Baía de Guanabara13
2. A Baía de Guanabara e suas múltiplas tensões19
2.1As tensões e suas dimensões
2.2 Baía de Guanabara: Território de disputa26
3. REDUC x Movimentos Sociais30
3.1 A REDUC31
3.2 O Movimento Social37
3.3 O FAPP-BG e sua atuação nos conflitos socioambientais na área da Baía de Guanabara
Considerações Finais46
Referências48
Anexos51

Introdução

A Baía de Guanabara é um espaço complexo, composto por diferentes elementos que em suas relações e inter-relações dão esse espaço a sua atual e complexa dinâmica. A situação atual da Baía é fruto de um longo processo histórico de degradação desse ambiente, que está diretamente relacionado aos interesses do capital nacional e internacional.

Com uma arquitetura de contrastes, a Baía de Guanabara vem desde a chegada dos portugueses sendo um dos elementos de grande destaque na paisagem natural do Rio de Janeiro. Ao longo de sua história esse espaço veio sofrendo inúmeras transformações, principalmente mudanças causadas pela ação antrópica em sua área. Atualmente a Baía se apresenta como um espaço de tensões e disputas entre a indústria petroquímica e as populações que de alguma forma dependem desse espaço para manutenção de suas culturas e sobrevivência.

Diante dessa complexidade é necessário que para uma análise eficaz que corresponda à realidade tenhamos uma metodologia bem definida. Optamos nesse trabalho por utilizar o conceito de espaço apresentado por Santos (2012), que considera o espaço como uma totalidade. Considerar o espaço como uma totalidade é apenas uma regra de método para realização de sua analise. Toda analise gera uma fragmentação da realidade, dividindo-a em partes, que ao final do processo deverão ser novamente reunidas, compondo assim a realidade, que sempre será superior ao somatório dessas partes. Há diversas possibilidades de dividir o espaço em partes para sua analise, nesse trabalho optamos por dividir o espaço em elementos, que serão chamados de Elementos do Espaço (SANTOS, 2012).

Como elementos do espaço podemos citar: os homens, as firmas, as instituição, o meio ecológico, e as infraestruturas, cada um desses elementos possuem uma função na construção da lógica do espaço. Os homens são representados pelos jovens empregados ou desempregados, aposentados e trabalhadores que de alguma forma demandam um tipo de trabalho, realizado por si ou através de outro, na dinâmica do espaço; as firmas são responsáveis pela produção de bens, serviços e ideias; As instituições possuem como função a produção de normas, ordens e legitimação; as infraestruturas são as materializações do trabalho humano; o meio ecológico seria o conjunto territorial que constrói a base do trabalho humano (SANTOS, 2012).

Para analisar o complexo espaço da Baía de Guanabara, optamos por utilizar esse método de análise já apresentado. Em um primeiro momentos identificamos a presença desses elementos na composição da dinâmica do espaço da Baía de Guanabara para que após a análise de cada um seja possível fazer uma relação entre eles e que se possa identificar as principais tensões presente do espaço da Baía.

Ao longo da evolução urbana do Rio de Janeiro, a Baía de Guanabara vivenciou um processo de grandes transformações, não apenas em seu entorno, mas também no seu espelho d'água. As suas funções e formas foram sofrendo modificações ao longo da evolução do Rio de Janeiro, as primeiras atividades econômicas, o crescimento da cidade, a falta de saneamento, e as intervenções urbanas realizadas ao logo de toda essa transformação, são apenas uma pequena parte de todo um processo de destruição desse tão importante ecossistema.

O processo de industrialização iniciado nos anos 30 e intensificado no país nos anos 50, teve papel fundamental na intensificação da poluição das águas da Guanabara. Com essa nova atividade a Baía recebe novas funções, deixando de estar a serviço da produção, para se tornar um espaço efetivo dela. A instalação da refinaria REDUC em Duque de Caxias (RJ), pode ser interpretada como a "sentença de morte" da Baía de Guanabara, pois as consequências não apenas dos resíduos lançados em suas águas, mas também da poluição em seu entorno, passa a ser a fonte do principais problemas socioambientais presentes nessa região até os dias atuais.

Os conflitos ambientais que emergem das análises feitas na Baía de Guanabara são frutos da disputa pelo uso desses espaço, transformando-o em um território de disputa, marcado pelo embate entre os pescadores artesanais e a REDUC. Esse conflito foi intensificado após o vazamento de óleo da refinaria no ano 2000, que veio a causar a morte de uma grande quantidade de peixes, impossibilitando a atividade de pesca na Baía por parte dos pescadores artesanais.

A ampliação da refinaria REDUC tem também sido o principal motivo desses conflitos, pois para que a refinaria possa expandir-se é necessária q a área disponível para pesca reduza drasticamente, atingindo uma grande quantidade de famílias que dependem dessa atividade.

Nos últimos anos a participação dos movimentos sociais no cenário nacional vem ganhado destaque. Dessa forma, nos conflitos que envolvem a Baía de Guanabara esses movimentos também vem tendo uma participação efetiva na visibilidade e legitimação das reivindicações feitas pelos atingidos pelos problemas gerados pela indústria petroquímica no espelho d'água e no entorno da Baía.

Diante dessas colocações, o presente trabalho tem como objetivo analisar como o espaço da Baía de Guanabara vem sendo transformado após a instalação da REDUC e como os conflitos entre os diferentes grupos que passaram a disputar esse espaço interferem nessa transformação.

.

1. A Baía de Guanabara

A Baía de Guanabara ocupa uma área de 380 km², composta não apenas pelo espelho d'água da baía, mas por todas suas ilhas, ilhotas e pedras. A maior extensão é de 38km entre a barra e foz do rio Magé, e sua maior largura é de 28 km entre a foz dos rios São João de Meriti e Guapi Macau (COELHO, 2007). Segundo o Instituto Estadual do Meio Ambiente (INEA-RJ), a região hidrográfica V corresponde à bacia hidrográfica da Baía de Guanabara, composta por municípios parcialmente incluídos: Cachoeira de Macacu, Niterói, Nova Iguaçu, Petrópolis, Rio Bonito e Rio de Janeiro e os municípios inteiramente incluídos na bacia hidrográfica: Mesquita, Nilópolis São João de Meriti, Belford Roxo, Duque de Caxias, Magé, Guapimirim, Tinguá e São Gonçalo. A figura a seguir apresenta os municípios totalmente inclusos na bacia da Baía de Guanabara.

Bacias Hidrográficas PDRH

Mapa proveniente do Plano Diretor de Recursos Hidricos (PDRH-BG).

Legenda

Porto

Sedes Municipais

Aeroportos

Espelho d'Água

Adutoras

Cursos d'água

Linha Férrea

Espi, DeLorme, HERE, USGS, NGA

Figura 1: Mapa da bacia hidrográfica da Baía de Guanabara

Fonte: adaptado de http://cbh-bg.maps.arcgis.com , acessado em 21 /12/2013.

O atual estado de degradação da Baía de Guanabara pode ser associado ao modelo de colonização, desenvolvimento e industrialização adotados pelo Estado. No entanto, o discurso oficial é outro, atribuindo a culpa, segundo Amador (1997) ao:

"crescimento exagerado da população", ao "crescimento urbano desordenado", às "favelas que despejam esgotos *in natura* na baía", aos "moradores que poluem os rios" e às "enchentes que carregam e distribuem os vetores de doenças", entre outras fantásticas deturpações (AMADOR, 1997, p.201).

Todos esses fatores citados por Amador (1997), contribuíram para a poluição na Baía de Guanabara, porém sua escala de poluição se torna mínima diante do longo processo histórico de poluição que esse espaço vivenciou. As diferentes fases do nosso desenvolvimento, no nível internacional e nacional, deram a Baía diferentes funções que tiveram papel fundamental na poluição e degradação desse tão importante ecossistema.

1.2 As diferentes funções da Baía de Guanabara

O espaço vive um processo de constantes mudanças em sua dinâmica. Todas as estruturas, formas e funções presentes no espaço estão ligadas a maneira como uma sociedade se organiza e se desenvolve em suas relações locais ou globais. A organização espacial está associada quase sempre a uma lógica capitalista, a fim de atender as necessidades da demanda do capital. Dessa forma Santos (2012) nos afirma que:

Sempre que a sociedade (a totalidade social) sofre uma mudança, as formas ou objetos geográficos (tanto os novos como os velhos) assumem novas funções; a totalidade da mutação cria uma nova organização espacial. Em qualquer ponto do tempo, o modo de funcionamento da estrutura social atribui determinados valores às formas (p. 67).

Ainda segundo Santos (2012), a função está associada à "tarefa ou atividade esperada de uma forma, pessoa, instituição ou coisa". Dessa forma, as mudanças ocorridas no entorno da baía e na sociedade do Rio de Janeiro desde a descoberta transformaram as funções desempenhadas pela baía de Guanabara. É através das ações do Estado que as transformações da baía irão ocorrer atendendo sempre ao interesse do capital nacional e internacional.

A Baía de Guanabara, desde do período colonial, vem sendo um dos elementos de grande destaque na paisagem natural do Rio de Janeiro, por apresentar-se como um ambiente bastante diferenciado no que tange a composição do seu ecossistema. O mapa a seguir retrata os principais elementos que compunham o entorno da Baía no ano de 1500.

Figura 2: Mapa da Baía de Guanabara em 1500

Fonte: Adaptado de Amador (1997, p.214)

Além disso, representou desde esse período, "uma fonte inesgotável de recursos pesqueiros, seja em suas águas profundas, seja nas inúmeras enseadas e gamboas de seu litoral ou nos baixos cursos de seus rios tributários, em boa parte ocupadas, umas e outros por manguezais" (ABREU, 2010, p. 342). Percebemos então, que o primeiro uso da Baía por um ator social esteve relacionado à pesca, visto que, "mesmo sem existir uma recuperação genealógica da ocupação de pescadores artesanais¹, há uma unanimidade em entender que a pesca é a prática espacial mais antiga" (CHAVES, 2011, p.103). Entretanto as águas da baía começaram a ser poluídas posteriormente, com o início das primeiras atividades realizadas na cidade, como a criação de engenhos de açúcar, a produção de farinha de mandioca e a pesca de baleias na Baía (COELHO, 2007).

-

¹ É considerada pesca artesanal a atividade pesqueira realizada de maneira tradicional, com uso de técnicas mais rudimentares como redes feitas à mão, barcos a remo ou com motor fraco (CHAVES, 2011).

Com a chegada dos portugueses e ao longo do século XVI, a baía irá assumir a função de defesa, devido a sua localização estratégica, atendendo ao interesse da metrópole de criar condições para a proteção das suas novas terras. Com o fortalecimento dessa função de defesa, e a consolidação da ocupação dessas terras logo após a expulsão dos franceses, é iniciado o ciclo da produção de cana de açúcar.

Toda abundância de flora e fauna, e a relação com a Baía de Guanabara, começa a ser transformada logo após a fundação da cidade de São Sebastião no ano de 1565. Durante os séculos XVI e XVII a cidade vivenciou um momento de consolidação e de crescimento populacional. A baía nesse momento passa a ser fundamental no processo da produção da cana, e na ocupação do recôncavo da Guanabara. Ao longo do século XVII, seus rios então navegáveis, servem de caminho para a ocupação e transporte de mercadoria da região do recôncavo, onde a produção de cana começa a se expandir. Por esses rios, os colonizadores tinham um acesso facilitado ao interior do recôncavo, dessas forma, esses caminhos através dos rios tiveram um papel fundamental na ocupação da região (AMADOR, 1997).

Essa nova função assumida pela cidade de São Sebastião terá reflexo diretamente nas funções e espaço da baía. Com o crescimento da produção da cana-de-açúcar, foi necessária a construção de portos². No entanto, para a realização desses portos foi necessário que houvessem aterros de alguns importantes ecossistemas como manguezais, brejos e alagadiços que margeavam a baía³. Esses aterramentos e a retirada desses ecossistemas trouxeram grandes transtornos, como alagamentos, para a região do entorno da baía nos séculos seguintes. Nesse momento a transformação do contorno da baía e as agressões as suas águas começam a ser intensificadas.

No século XVIII a descoberta do ouro no Brasil, irá modificar novamente o cenário da baía. A cidade do Rio de Janeiro ganha fortalecimento no que se refere a sua função portuária e comercial, se tornando um grande centro econômico, que culminara com sua indicação para capital da colônia em 1763. Novos aterros foram necessários para atender ao crescimento da

² A baixada ganha nesse momento um papel importante na produção da cana-de-açúcar, recebendo também a construção de movimentadíssimos portos como os de Estrela, Pilar, Suruí e Porto de Caixas (AMADOR, 1997).

³Os reflexos do intenso desmatamento seriam sentidos no assoreamento dos rios da baixada que passarão no

³Os reflexos do intenso desmatamento seriam sentidos no assoreamento dos rios da baixada, que passarão no final do século a oferecer dificuldades para a navegação. A navegabilidade dos rios, responsáveis pela ocupação da baixada e posteriormente do planalto produtor de minérios e café, que conferiam a grandeza e expansão do Rio de Janeiro, estava agora comprometida por séculos de agressão à natureza (AMADOR, 1997. p. 225).

população, e as funções portuárias intensificadas pela potencialidade de navegação dos rios que pertencem à bacia da baía.

No final do século XVIII, a mineração começa a ter um declínio devido ao esgotamento das jazidas. Nesse momento ganha força novamente a questão da produção agrícola, com o cultivo do café. Porém é no século XIX que a produção do café ganha fortalecimento, principalmente na região sudeste do Brasil. A produção cafeeira terá um grande impacto na cidade do Rio de Janeiro, principalmente nas áreas de florestas e nos rios da bacia da Baía de Guanabara, visto que:

A erosão que levava o solo encosta abaixo acabava expondo as suas raízes ao sol. Se as raízes não fossem logo recobertas, os pés de café morriam ou tombavam. Eram comuns também os pés de café arrancados pelas enxurradas de detritos, nas partes médias e baixas das encostas [...] Ocorria também o assoreamento dos rios e foi comum a formação de áreas baixas encharcadas e, eventualmente, pestilentas. Os rios de água cristalina característicos de terras cobertas de florestas, tão frequentemente citados nos livros de viajantes, rapidamente barreavam e entupiam com detritos de solo e de plantas (DRUMMOND, 1997, p.101).

Logo, vimos que embora a passagem do café na região tenha sido consideravelmente rápida, seu legado foi imensamente devastador: grandes áreas foram desmatadas para abrir caminho ao cultivo do café, o solo se tornou empobrecido, as nascentes de rios foram prejudicadas, entre outras consequências que atingiriam diretamente a baía. Durante o período de cultivo do café, a cidade cresceu consideravelmente, e juntamente com esse processo a necessidade de melhores condições de salubridade passa a ser considerada pelo governo. O grande número da população, e a falta de saneamento contribuíram para a poluição das águas da Baía, pois o esgoto e todo lixo produzido pela população da cidade eram despejados em valas, rios ou até mesmo diretamente nas águas da Guanabara. Com o advento da chegada da Família Real iniciou-se um processo de controle de poluição das águas da Baía através da construção de sistemas de esgotamentos, comandado pela companhia inglesa *City* e iniciado em 30 de junho de 1862. A companhia realiza nesse período um processo de esgotamento na cidade do Rio de Janeiro, porém os esgotos canalizados não recebiam tratamento e eram despejados na baía, dando início a poluição de suas águas (COELHO, 2007).

Entre os séculos XVIII e XIX a cidade passou por inúmeras transformações, em decorrência de seu crescimento e dos projetos de esgotamento realizados. Segundo Coelho (2007):

O trecho da orla da baía que mais sofreu aterramentos e modificações foi o litoral entre o morro Cara de Cão, local da fundação da cidade, e a foz do rio São João de Meriti, divisa com o município de Duque de Caxias, que inclui o trecho de costa da Ilha do Governador (p. 33).

Tal fato não anula as demais modificações que a orla da baía sofreu durante o processo de expansão da cidade do Rio de Janeiro. Concluímos então que o assoreamento da baía está associado não apenas ao desmatamento, mas também à retinilização dos rios, apresentada como medida para melhorar a salubridade da área da Baixada.

No final do século XIX a baía, como um todo, ainda era bastante piscosa, natural e conseguia absorver os impactos ambientais até então gerados (AMADOR, 1997). Nesse momento a produção do café vivencia um período de grande crise de superprodução que culmina em uma grande recessão da economia internacional, sobretudo nos Estados Unidos, principal comprador do café brasileiro. Com a recessão da venda de café, os grandes produtores utilizam o capital acumulado do auge da produção para investir em um novo setor, inicia-se então o período de industrialização, que irá novamente modificar a função da baía e elevar a degradação desse ambiente.

A passagem do modelo agrário-exportador para o urbano-industrial tem como marco, a execução do Plano de Metas lançado por Juscelino Kubistchek, em 1956 – 1961. Segundo Amador (1997), é nessa fase que surgem as principais indústrias poluidoras da baía de Guanabara, como a refinaria REDUC da Petrobrás, responsável principal pela poluição das águas desse ambiente, além das indústrias químicas e farmacêuticas.

De acordo com o boletim da FEEMA (1989), citado por Amador (1997), "os elementos líquidos industriais constituem uma das grandes fontes de poluição das águas da baía de Guanabara, sendo responsáveis por 25% da poluição por substâncias tóxicas e metais pesados, nocivos à saúde da população" (p239). O autor complementa ao afirmar que:

O parque industrial, responsável pelo lançamento desses efluentes, é composto principalmente de empresas de pequeno e médio porte, responsáveis por significativa parcela de poluentes lançados na baía, como a Bayer, o complexo Petrobrás (REDUC, Petroflex e Nitriflex), a refinaria Manguinhos, os grandes estaleiros Ishikawajima, Verolme, Emaq, a Ciba-Geigeyr, Gilete do Brasil, The Sidney Ross Co., General Eletric do Brasil, Westinghouse, Shell do Brasil, Cia. Panamericana, Cortume Carioca, CIBRAN, entre outras. (AMADOR, 1997, p.239)

Como apontamos anteriormente é através das ações do Estado que as transformações no espaço irão ocorrer, de acordo com os interesses das classes dominantes e daqueles que detém o capital. Harvey (2011) afirma que:

O Estado pode [...] usar seus poderes para orquestrar a diferenciação e a dinâmica regionais não só por meio de seu domínio dos investimentos infraestruturais [...], mas também mediante sua própria imposição de leis de planejamento e aparatos administrativos. Suas capacidades de reforma das instituições básicas necessária à acumulação do capital também podem ter profundos efeitos (tantos positivos como negativos) (p. 91).

Dentro dessa lógica, o autor afirma que o Estado não é inocente e nem sempre passivo em relação a processos de transformação nas estruturas que possam atrair o investimento de capital internacional, "uma vez que reconheça a importância de promover e capturar a dinâmica regional como fonte de seu próprio poder, ele pode procurar influenciar essa dinâmica por meio de suas políticas e ações" (p.91).

Diante dessa lógica de acumulação do capital, a Baía de Guanabara deixa de ser um espaço apenas com a funcionalidade de transporte e escoamento da produção, para se tornar um espaço de produção, recebendo novas estruturas para que atenda a nova demanda de reprodução do capital internacional e nacional.

A mudança de um espaço voltado para o transporte e escoamento da produção, para um espaço efetivamente da produção, não significa dizer que a Baía não se apresentava como um espaço para a produção de mercadoria. A pesca como citado anteriormente foi uma das primeiras e mais antigas atividades desenvolvidas no espaço da Baía, porém quando nos referimos a um espaço efetivamente de produção, falamos de uma produção em larga escala, que atende aos interesses de grandes corporações (privadas ou estatais) e não mais a uma "produção de subsistência".

O crescimento da população na região da baía, no período da industrialização, ocorreu de forma acelerada, porém as medidas para que essa população tivesse acesso aos serviços elementares, como o saneamento básico, não corresponderam a esse crescimento. Como consequência, o esgoto e lixo produzidos acabam despejados nas águas da baía, degradando ainda mais esse ambiente.

As inúmeras funções que a Baía de Guanabara vivenciou ao longo de sua história, estiveram sempre ligadas à lógica de interesse do Estado, buscando sempre por gerar maiores lucros. Essas inúmeras funções, não foram sendo substituídas uma pela outra, mas se apresentam em uma relação dialética de superação. As transformações dessas funções foram marcadas por conflitos acerca do uso desse espaço. Atualmente o cenário é marcado pela disputa desse território, que passa a ser fundamental na lógica da reprodução do capital, e que possui em seu interior uma considerável quantidade de conflitos e tensões.

2. A Baía de Guanabara e suas múltiplas tensões

Através de uma breve análise acerca da evolução urbana do Rio de Janeiro, vimos que o espaço da Baía de Guanabara passou por inúmeras transformações assumindo funções sempre relacionadas à dinâmica e aos interesses do capital. Atualmente o interesse do capital faz com que este espaço passe a ser de extrema importância para diferentes atores sociais, que irão disputar o uso da Baía gerando conflitos e tensões que serão analisados no decorrer deste capítulo. Para que possamos apontar e compreender os fenômenos e tensões presentes no espaço da Baía de Guanabara é necessário esclarecer o que entendemos como espaço e como iremos analisá-lo. A ideia exposta por Santos (2012) sobre uma das possibilidades de análise do espaço é a que utilizaremos neste trabalho.

O espaço deve ser considerado como uma totalidade, a exemplo da própria sociedade que lhe dá vida. Todavia, considerá-lo assim é uma regra de método cuja prática exige que se encontre, paralelamente, através da análise, a possibilidade de dividi-lo em partes. Ora, a análise é uma forma de fragmentação do todo que permite, ao seu término, a reconstituição desse todo. Quanto ao espaço, sua divisão em partes deve poder ser operada segundo uma variedade de critérios. O que vamos privilegiar através do que chamamos "os elementos do espaço" é apenas uma dessas diversas possibilidades. (SANTOS, 2012, p.15)

Diante do método proposto por Santos (2012), buscamos fragmentar o espaço, elencando seus elementos e os analisando separadamente, para que ao final possamos reconstruir essa totalidade, e enfim compreender como a relação entre esses elementos tornam o espaço da Baía um território de disputa entre os sujeitos que estão presentes na sua dinâmica. Segundo Santos (2012) são considerados elementos do espaço: os homens, as firmas, as instituições, o meio ecológico e as infraestruturas. No caso da Baía de Guanabara, podemos identificar esses elementos na figura dos pescadores, bases militares, portos, indústrias, entre outras.

Os Homens são considerados elementos do espaço quando se apresentam na qualidade de trabalhadores, e/ou de alguma forma demandam algum tipo de trabalho, realizado por si, ou através de outros. Na Baía, podemos tomar como exemplo desse elemento os trabalhadores (pescadores, petroleiros, entre outros).

As Firmas têm como função a produção de bens de serviços e ideias, se apresentando na Baía através das Barcas S.A., Petrobras e Petroflex.

As Instituições são responsáveis pela produção de normas, ordens e legitimações. Podemos tomar como exemplo das instituições presentes na Baía, o Estado através dos governos Estaduais e Municipais ou as ONGs como a Fundação OndAzul⁴

As Infraestruturas se apresentam na forma do trabalho humano materializado, como casas, plantações, estradas, entre outros. Na Baía o exemplo desse elemento pode ser observado através da presença de portos, fortes, indústrias e colônias de pescadores.

O Meio Ecológico é o conjunto de complexos territoriais que constroem a base fixa do trabalho humano. Como exemplo desse elemento na Baía de Guanabara podemos citar seus rios⁵, praias, vegetações, entre outros.

O reconhecimento desses elementos nos permite identificar os principais sujeitos que estão atuando no espaço da Baía. É fundamental destacar que cada elemento possui uma função no espaço ao qual se encontra vinculado, entretanto, essas funções não são absolutas: os homens podem ser tomados como firmas, quando vendem sua força de trabalho, ou até mesmo como instituições, ao assumirem seu papel de cidadão. Outro caso são as instituições que podem aparecer como firmas, ou essas como instituições (SANTOS, 2012).

Na Baía de Guanabara também é possível observar essa múltipla função dos elementos. É possível analisar essas diferentes funções através dos diversos elementos presentes na Baía, optaremos aqui por analisar essas múltiplas funções a partir da análise do elemento Homem, que no caso da Baía pode ser representado, por exemplo, pelos pescadores artesanais.

Os Homens (na forma dos pescadores) podem também aparecer como o elemento Firma, quando se apresentam na forma de cooperativa de pescadores, sendo responsáveis pela produção de bens e ideias coletivas. Assumem a forma do elemento Instituições, quando se organizam e instituem Sindicatos ou organizações como a AHOMAR⁶, passando dessa forma a produzirem normas e terem um papel de legitimação junto aos pescadores. Na forma do

-

⁴A Fundação OndAzul é uma organização não governamental com caráter executivo, que trabalha com o desenvolvimento de projetos na área sócioambiental, com foco nos recursos hídricos. Por meio dos projetos, a OndAzul atua próxima às populações de baixa renda, servindo como interlocutora da sociedade civil junto ao poder público e à iniciativa privada. (Fonte: http://www.ondazul.org.br/)

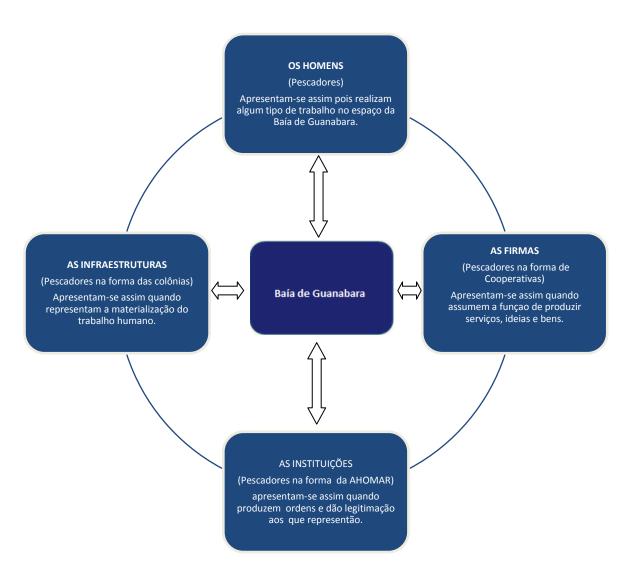
⁵Entendemos como rios da Baía aqueles que compõem a Bacia Hidrográfica da Baía de Guanabara.

⁶Fundada em 13 de Janeiro de 2007, a Associação Homens e Mulheres do Mar (antiga Associação Homens do Mar) é uma associação que reúne pescadores artesanais além de outras entidades de pesca, as chamadas associações co-irmãs, que unem-se em projetos e luta por direitos (DUARTE apud CHAVES, 2011).

elemento Infraestrutura, os Homens aparecem através das colônias de pescadores, sendo estas a materialização do trabalho humano.

Essas múltiplas funções são possíveis, pois apesar de analisados separadamente, cada um dos elementos do espaço possui uma relação/inter-relação entre si, fator que permite que a partir dessa fragmentação (divisão dos elementos) possamos através da reconstrução dessas partes analisar o todo que constitui o espaço em questão. O esquema a seguir busca sintetizar essas múltiplas funções que um mesmo elemento pode assumir, buscando demonstrar através dele que todos os elementos possuem uma relação entre si.

Esquema 1 - Síntese das múltiplas funções dos Elementos do Espaço na Baía de Guanabara

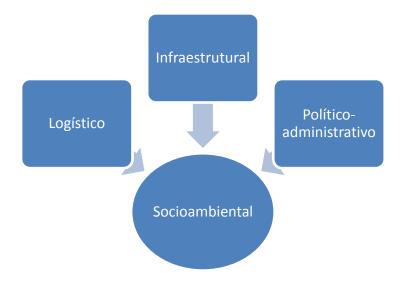


2.1 As tensões e suas dimensões

As relações e inter-relações apresentadas entre os elementos do espaço, homens, firmas, instituições e infraestruturas, presentes na Baía de Guanabara acabam gerando inúmeras tensões em seu interior. Para Pacífico (2011) todas essas tensões se encontram profundamente interligadas entre si. Para que possamos analisar esses conflitos tomaremos como a base, a ideia proposta pelo autor de que essas tensões sejam analisadas a partir de 4 dimensões: ambiental, infraestrutural, político-administrativa e logística.

Antes de iniciar a análise das tensões a partir dessas dimensões, gostaríamos de fazer uma pequena consideração a respeito da dimensão ambiental. Entendemos que a dimensão ambiental contempla as tensões que se revelam a partir da relação do homem com o ambiente, e dessa forma respeitamos a proposta feita pelo autor, porém optamos por utilizar neste trabalho o termo socioambiental para nos referirmos a essa dimensão. Por considerarmos que as tensões surgem a partir da relação do homem com o ambiente, entendemos que a dimensão socioambiental, ou ambiental para Pacífico (2011), contempla em seu interior os conflitos que surgem a partir da análise por outras dimensões. As tensões (conflitos) só se apresentam a partir do momento em que o homem/sociedade dá ao ambiente um determinado valor, e passa com isso a disputá-lo de alguma forma. Acreditamos ser o termo socioambiental mais adequado para as relações presentes na Baía de Guanabara. Dessa forma a dimensão ambiental proposta por Pacífico (2011) será trabalhada neste trabalho como dimensão socioambiental.Diante dessas considerações o esquema a seguir tem como objetivo sintetizar a forma como estamos considerando as dimensões de analise nesse trabalho.

Esquema 2 – Dimensões de análise do espaço da Baía de Guanabara



Para Santos (2012):

Se considerássemos a população como um todo, as firmas como um todo, a nossa análise não levaria em conta as múltiplas possibilidades de interação. Ao contrário, quanto mais sistemática for a classificação tanto mais claras aparecerão as relações sociais e, em consequência, as chamadas relações espaciais (p. 23).

Tomando a fala de Santos (2012) como base, concluímos que a análise feita através das dimensões e os conflitos que dela emergem, assim como o caso dos elementos, não são limitados a elas, e possuem relações e inter-relações com as demais. Os elementos do espaço estão presentes nas tensões que surgem a partir dessa análise, sendo através de suas trocas que essas tensões se constituem. Perceber essas múltiplas interações é que irá nos permitir uma análise mais próxima da realidade dos conflitos presentes na Baía de Guanabara.

A primeira dimensão de análise⁷ é a socioambiental, que irá contemplar os conflitos gerados pela grande degradação ambiental, que como já apresentamos anteriormente vem se estendendo ao longo dos séculos na Baía de Guanabara. Os conflitos que emergem através dessa análise, e nas demais como veremos posteriormente, tem suas bases nas relações entre os elementos do espaço presentes na Baía. No caso dos conflitos de dimensões socioambientais podemos apontar como exemplo, o embate entre os pescadores (HOMENS) e a Refinaria Duque de Caxias -REDUC (FIRMAS), que disputam desde a instalação dessa empresa o uso do espaço da Baía de Guanabara. Outros exemplos podem ser citados, como as tensões geradas pela poluição das águas da Baía por derramamento de óleo (por partes das indústrias petroquímicas que representam as FIRMAS), que consequentemente prejudica a qualidade do pescado, fundamental para a sobrevivência dos pescadores (HOMENS). A fotografia a seguir tirada pelos pescadores durante um conflito entre eles e a REDUC nos permite identificar a disputa pelo uso do espaço da Baía.

⁻

⁷A ordem de apresentação dessas dimensões é aleatória, e não configura uma classificação de importância, ou quaisquer questão desse teor.

Figura 3: Conflito entre pescadores e RECUC



Fonte: Imagem disponibilizada pelo pescador Alexandre Anderson durante palestra no *Seminário 50 anos de REDUC: ganhos, perdas e danos*, realizado na Faculdade de Educação da Baixada Fluminense entre os dias 16 e 17 de setembro de 2011.

No que se refere a segunda dimensão, no caso a infraestrural, novamente podemos apontar conflitos entre a REDUC e os pescadores. Os dutos de transmissão de gases da indústria petroquímica (INFRAESTRUTURAS) fazem com que o espaço de pesca seja reduzido, limitando assim as áreas disponíveis para que os pescadores (HOMENS) circulem com seus barcos. A fotografia a seguir faz referência a esse tipo de conflito presente na Baía.

Figura 4: Faixas de repúdio as obras de infraestrutura da REDUC



Fonte: Imagem disponibilizada pelo pescador Alexandre Anderson durante palestra no *Seminário 50 anos de REDUC: ganhos, perdas e danos*, realizado na Faculdade de Educação da Baixada Fluminense entre os dias 16 e 17 de setembro de 2011.

A partir da análise feita pela dimensão político-administrativa, encontramos conflitos ligados as INSTITUIÇÕES, representadas pelos diversos municípios que estão diretamente ligados a região hidrográfica da Baía. As diferenças entre esses governos acabam gerando dificuldade na formulação de propostas para a recuperação ambiental da Baía.

De acordo com Pacífico (2011) a Região hidrográfica da Baía de Guanabara é um dos mais dinâmicos espaços do território nacional em termos de fluxos (de pessoas, de mercadorias, de bens e serviços) constituindo-se como importante centralidade. Essa colocação demonstra a importância logística do espaço da Baía, e a análise a partir dessa dimensão nos permite identificar algumas tensões. Citamos novamente como exemplo a disputa entre a REDUC (FIRMA) e os pescadores (HOMENS), essa tensão se dá na disputa pela circulação na Baía, de um lado a REDUC necessita do espelho d'água para passar seus dutos de transmissão de gases, de outro lado os pescadores utilizam esse mesmo espelho d'água para transitarem com seus barcos. A fotografia abaixo nos permite identificar como esse espaço é disputado em termos de logística entre esses sujeitos. Podemos identificar na fotografia a presença das embarcações próximas aos dutos da refinaria, disputando o mesmo espaço de circulação.





Fonte: Imagem disponibilizada pelo pescador Alexandre Anderson durante palestra no *Seminário 50 anos de REDUC: ganhos, perdas e danos*, realizado na Faculdade de Educação da Baixada Fluminense entre os dias 16 e 17 de setembro de 2011.

A repetição desse exemplo, porém através de diferentes dimensões de análise, é possível, pois os conflitos que aparecem de acordo com essas dimensões não se resumem a elas. Assim como os elementos do espaço possuem inter-relações, os conflitos revelados através dessas dimensões também apresentam essas inter-relações. Os conflitos e tensões que emergem a partir da análise feita pelas dimensões, nos permitem identificar e apontar a Baía de Guanabara como um território de disputa, onde diferentes interesses e identidades para com esse espaço são colocados.

2.2 Baía de Guanabara: Território de disputa

Observamos que o espaço da Baía de Guanabara tem se intensificado como uma arena de conflitos e tensões, onde diferentes interesses se chocam em relação a forma de uso desse espaço. Nesse sentido, se definirmos a Baía como um território de disputa (ou em disputa) por diferentes atores sociais é necessário que se faça uma pequena reflexão sobre o uso desse termo, sua definição e a forma como estamos entendendo e aplicando essa categoria para nossas análises sobre esse dinâmico espaço da Baía.

Segundo Santos e Silveira (2012):

Por território entende-se geralmente a extensão apropriada e usada. Mas o sentido da palavra *territorialidade* como sinônimo de *pertencer àquilo que nos pertence...*esse sentimento de exclusividade e limite ultrapassa a raça humana e prescinde a existência do Estado. Assim, essa ideia de territorialidade se estende aos próprios animais, como sinônimo de área de vivencia e de reprodução. Mas a territorialidade humana pressupõe também a preocupação com o destino, a construção do futuro, o que, entre os seres vivos, é privilégio do homem (p. 19).

Haesbaert (2003) apresenta três vertentes de territórios possíveis: Jurídico-política, cultural(ista) e econômica. A vertente Jurídico-política seria a mais difundida, representada através do poder político do Estado, essa vertente define território como um espaço delimitado, controlado pelo poder, ou em outro sentido mais restrito território seria o nome político para o espaço de um país (SANTOS e SILVEIRA, 2012), pois estaria ligado ao poder do Estado.

A vertente cultural(ista) apresenta o território como um produto da valorização de um grupo sobre seu espaço, ou seja da apropriação do determinado grupo sobre o espaço (HAESBAERT, 2003). No caso da Baía essa vertente de território estaria sendo apropriada pelos pescadores, que possuem uma relação mais simbólica e de apropriação do espaço da Baía de Guanabara. Dessa forma território está ligado a uma lógica relacionada ao poder, mas não apenas o poder político, mas tanto a um poder no sentido mais concreto, de dominação,

quanto ao um poder num sentido mais simbólico, de apropriação (HAESBAERT, 2005). Retomaremos essa questão mais adiante.

No caso da vertente Econômica, bem menos difundida, o território está relacionado às relações econômicas. Nesse caso podemos citar a afirmação de Santos e Silveira (2012) de que "o uso do território pode ser definido pela implantação de infraestruturas, [...] mas também pelo dinamismo da economia e da sociedade" (p. 21). Nessa lógica essa vertente tem como representantes na Baía as Firmas como, Petrobras, Petroflex, as colônias de pescadores e o próprio Estado, que de alguma forma buscam a organização desse espaço diante de suas lógicas e interesses.

As diferentes vertentes de territórios apresentadas por Haesbaert (2003), podem estar presentes em um espaço incomum, cada uma ocorrendo de acordo com os sujeitos que disputam o uso desse território. Tal fato é possível pois um mesmo espaço pode conter vários territórios, de um grupo ou de vários grupos (CHAVES, 2011), de forma que:

Mesmo que haja dois territórios em um mesmo lugar, representando territorialidades de grupos diferentes, contanto que sigam a mesma lógica capitalista e não sejam concorrentes é possível manter uma harmonia. No entanto, caso as territorialidades tenham ideologias opostas, o conflito e a disputa pela "soberania" territorial entram em conflito (CHAVES, 2011, p.75).

O espaço da Baía de Guanabara apresenta-se exatamente dentro dessa lógica de oposição de ideologias apresentada pela autora. Ao mesmo tempo a Baía pode ser vista dentro das vertentes jurídico-política, cultural(ista) e econômica, porém as diferentes territorialidades vivenciadas por cada uma delas fazem com que a Baía de Guanabara seja um espaço complexo de disputa.

A valorização do espaço da Baía de Guanabara dentro da atual fase do capitalismo, se dá como já vimos anteriormente pela necessidade de reprodução do capital, que cada vez mais busca novas áreas para aumentar os lucros. Podemos tomar a fala de Harvey (1980) como exemplo para explicar essa lógica de valorização e analisar melhor como ela se aplica na Baía.

O solo e suas benfeitorias são, na economia capitalista contemporânea, mercadorias. Mas, o solo e as benfeitorias não são mercadorias quaisquer: assim, os conceitos de valor de uso e valor de troca assumem significado em uma situação mais do que especial (HARVEY, 1980, p.135)

Para o autor a palavra valor pode apresentar dois sentidos: "algumas vezes expressa a utilidade de algum objeto particular e algumas vezes o poder de compra de outros bens que a

posse daquele objeto transmite. O primeiro pode ser chamado valor de uso e o outro valor de troca" (HARVEY, 1980, p.131).

No caso da Baía de Guanabara o solo seria como seu espelho d'agua, que irá ser disputado entre diferentes sujeitos, como as grandes empresas multinacionais, o Estado e grupos tradicionais como os pescadores artesanais, que terão valores diferentes para com esse espaço, valores esses que implicarão em uma disputa pelo uso da Baía.

Os pescadores artesanais que se apresentam como exemplo da Vertente cultural(lista) sobre o território, se apropriam do espaço da Baía de uma forma mais tradicional, sendo esse o seu espaço de sobrevivência e de manutenção de sua cultura. Segundo Lefebvre (1986), a apropriação seria um processo marcado pelo valor simbólico, do espaço vivido, carregado de valor de uso.

Para Harvey (1980), "esse valor de uso não é o mesmo para todos as pessoas [...] Cada indivíduo e grupo determinará, diferentemente, o valor de uso" (p.136). Assim para os pescadores esse valor de uso estará fortemente marcado pelas marcas do vivido. Dentro desta lógica, para o autor, "o valor de uso, concebido em seu sentido cotidiano, 'permanece fora da esfera da economia política" (HARVEY, 1980, p.137), o que significa que no caso da Baía, apesar desse valor ser diferentemente determinado por cada sujeito, as grandes multinacionais, como a Petrobrás, estariam ligadas a outro tipo de uso do espaço, pois a sua lógica é a de acumulação de capital.

Essas grandes corporações, assim como o Estado estariam ligados a um uso associado à dominação, que seria um processo marcado pela funcionalidade do espaço, um espaço caracterizado pelo valor de troca em detrimento do valor de uso (LEFEBVRE, 1986).

Diante dessas colocações é possível percebemos como a Baía é um espaço complexo, onde podemos identificar diferentes conflitos e tensões entre os elementos que compõem esse dinâmico espaço de acordo com as diferentes formas de análise que utilizamos.

Esses conflitos e tensões como vimos no decorrer do capítulo, são resultado de um processo histórico de desenvolvimento, onde a Baía assume diferentes funções, até que passa a ser um espaço efetivo de produção, colocando em "choque" diferentes interesses, e maneiras de lidar com o local. Um dos principais conflitos, e disputas pelo uso do espaço/território da Baía entre os elementos que o compõe, é em relação a atuação atores que sustentam o

elemento Homem (na qualidade de pescadores) e as Firmas (as grandes multinacionais petroquímicas, principalmente a Petrobrás/REDUC).

Os conflitos e tensões entre esses elementos vem crescendo atualmente, e a cada dia toma mais espaço nas discussões realizadas entre os movimentos sociais (ONGs, fóruns, sindicatos de trabalhadores, pois atuam diretamente no espaço da Baía). Reconhecer os elementos que atuam nesse espaço, e como ele se torna um território de disputa é fundamental para que possamos entender como essas tensões e conflitos podem ser analisados pelas instituições que compõem os movimentos sociais. O capítulo seguinte pretende fazer uma breve discussão sobre as consequências das atividades da indústria petroquímica (REDUC) sobre o seu entorno, focando no conflito com os pescadores e do papel que os movimentos sociais vem desempenhando na resolução e visibilidade desses conflitos e tensões.

3. REDUC x Movimentos Sociais

O complexo espaço da Baía de Guanabara vem sendo nos últimos anos elemento de análise de alguns pesquisadores devido a dinâmica intensa que esse espaço apresenta. Os conflitos e tensões vem ganhando destaque nas últimas décadas, principalmente após o vazamento de aproximadamente 1,3 milhão de litros de óleo em janeiro de 2000 nas águas da Baía, provocado pela refinaria da Petrobrás- REDUC. Os prejuízos causados por esse vazamento são sentidos até os dias atuais, principalmente por aqueles que dependem das águas da Baía para manutenção de sua cultura e sobrevivência, como o caso dos pescadores artesanais. Segundo entrevista⁸ do presidente da AHOMAR, Alexandre Anderson:

Hoje no Brasil a legislação está criando precedentes do judiciário e os governos estão criando precedentes para a industrialização do Brasil, o crescimento. A ordem de progresso a qualquer custo. O único entrave que tem na Baía de Guanabara legal é o social, é a questão dos usuários da água, dos pescadores da baía de Guanabara. São os pescadores as comunidades que vivem economicamente na região. Você causando um acidente, você cria além da mortandade, você cria um desânimo e você cria uma poluição constante e também uma eminência de outros vazamentos que vão causar o que? Uma retirada, um êxito dos pescadores locais. Nenhum pescador quer construir uma casa ou comprar um segundo barco para operar numa mesma região que tem o risco de ter outros vazamentos. O vazamento criou ali um precedente da Petrobrás em dizer que aquela região já está contaminada. Então toda vez que nós chegamos a justiça, ela diz que a região já está contaminada, que não há pescado por causa do óleo de 2000, mas também pelos futuros vazamentos que podem ocorrer. (...)Então ali se tornou uma área morta. Toda área do entorno ou próximo a REDUC é uma área morta devido ao vazamento de 2000. Então quer dizer que se criou ali um estigma por aquele local, pelo o uso da pesca. É um peixe hoje, que tendo um gosto ou não, o pessoal considera um peixe contaminado. O peixe da região que é pescado próximo a REDUC, é um peixe que tem pouco valor agregado. Os grandes comerciantes, a própria população evitam comer o peixe da região da REDUC, por achar que está contaminado, muitas vezes já sabendo que está e também porque tem gosto de óleo. Aí os pescadores em sua sabedoria Caiçara acreditam que isso foi proposital.

Com isso, podemos concluir que a atividade petroquímica realizada, não apenas no espelho d'água da Baía, mas também em todo seu entorno é responsável por grande parte dos conflitos encontrados nessa região.

Entre as fontes potenciais de poluição, contam-se 14.000 estabelecimentos industriais, 14 terminais marítimos de carga e descarga de produtos oleosos, 2 portos comerciais, dezenas de estaleiros, 2 refinarias de petróleo, mais de mil postos de combustíveis e uma intricada rede de transporte de matérias-primas, combustíveis e produtos industrializados que atravessam zonas urbanas densamente ocupadas (SOARES *apud* FAPP-BG, 2013).

_

⁸Entrevista concedida à equipe da Biblioteca Virtual do Meio Ambiente da Baixada Fluminense no dia 14 de março de 2012 (FADEL, *et. al.* 2013).

Vários trabalhos vem sendo desenvolvidos por diferentes instituições e resultam em obras que apontam os conflitos gerados por essas atividades. Como é o caso do grupo de pesquisa Núcleo Interdisciplinar de Estudos do Espaço da Baixada Fluminense (NIESBF) e sua relação com o Fórum dos Atingidos pela Indústria do Petróleo e Petroquímica nas cercanias da Baía de Guanabara (FAPP-BG), do que têm contribuído para as atividades promovidas pelos diferentes movimentos sociais que atuam em defesa da preservação do ecossistema da Baía. O FAPP-BG e suas principais atividades serão melhor discutidos mais a diante.

Entender como a indústria petroquímica, e no caso do presente trabalho, mais especificamente a REDUC, tem contribuído para a intensificação dos conflitos socioambientais no espaço da Baía, e como os movimentos sociais tem se posicionado diante deles, é o objetivo desse capítulo. É necessário que haja porém um breve histórico da instalação e desenvolvimento da REDUC, assim como um retrospecto sobre o movimento social no Brasil. Assim buscaremos apontar quais são os movimentos que tem atuado de forma efetiva nas questões que envolvem a Baía de Guanabara e qual de fato é a relação entre a indústria petroquímica e a população afetada por ela, para que por fim, possamos analisar as perspectivas que podem ser elaboradas para esse espaço.

3.1 A REDUC

A criação de indústrias no território brasileiro vem atendendo uma lógica mercadológica presente na América Latina, que alimenta debates políticos e reflexões teóricas sobre uma "reprimarização" da economia dos países latino americanos (FAUSTINO e FURTADO, 2013).

Dentro dessa lógica, energia, minério, água, petróleo, gás e espaço territorial, passam a ser mercadorias negociadas no mercado internacional. Dessa forma a criação e implementação de projetos de grande escala, passam a demandar uma grande apropriação de territórios já ocupados por povos tradicionais, que possuem uma relação de identidade cultural em relação a esses espaços. A demanda e apropriação desses territórios passa necessariamente pela geração de conflitos socioambientais (FAUSTINO e FURTADO, 2013).

Como desdobramento desse contexto, temos grandes investimentos públicos e privados no desenvolvimento de indústrias que exploram os seguimentos acima citados. Assim a Implementação de Polos petroquímicos pelo país se torna comum. É nesse contexto que é inaugurada em 1961, no município de Duque de Caxias (RJ), as margens da Baía de Guanabara, a Refinaria Duque de Caxias – REDUC e o Polo Petroquímico de seu entorno.

Atualmente a REDUC é considerada a 4° maior empresa em capacidade de refino no país, a terceira maior em volume processado e a 7° empresa em termos de energia no mundo (FAPP-BG, 2013). Inaugurada com apenas 6 unidades industriais a RECUC:

Conta hoje com 46 unidades, uma central termelétrica, um sistema de tratamento de efluentes e um parque de armazenamento composto por 300 tanques destinados a estocar petróleo cru, produtos intermediários e produtos acabados, com capacidade de armazenamento de 22,5 milhões de barris, dentre outros equipamentos (FAUSTINO e FURTADO, 2013, p.35).

O avanço no tamanho de seu parque industrial resultou na incorporação de territórios já tradicionalmente ocupados e prejudicou a manutenção e desenvolvimento da cultura tradicional como a dos pescadores artesanais. Atualmente a REDUC e o Polo Petroquímico formado em seu entorno:

[...]estão entre os principais poluidores atmosféricos da Baixada Fluminense. Ao longo dos anos, essas indústrias também contribuíram com o processo de degradação da Baía de Guanabara, afetando seus ecossistemas e as condições e modos de vida das populações que ali residem e trabalham (FAPP-BG, 2013, p.13).

Além de toda evolução em seu parque industrial e sua atual posição em relação ao seguimento de extração e refino de Petróleo, não apenas no Brasil, mas em uma escala mundial, a Petrobrás é hoje a principal envolvida em conflitos socioambientais acerca do uso, acesso e apropriação do meio material e simbólico, além das violações dos direitos ambientais (FAUSTINO e FURTADO, 2013).

A REDUC, assim como outras refinarias, possui um alto potencial de degradação ambiental, sendo responsável por acidentes com grandes impactos sobre a população. Podemos destacar, o vazamento de cerca de 1,3 milhão de óleo na Baía de Guanabara em janeiro de 2000, o qual trouxe consigo danos para os ecossistemas do entorno como as praias e os manguezais, assim como para a população local que vivia da pesca e foi diretamente prejudicada pelo ocorrido (FADEL, *et. al.* 2012). Conforme afirma o representante da Associação Homens e Mulheres do Mar (AHOMAR):

⁹A questão do direito ambiental é entendida nesse trabalho como uma integração entre os direitos humanos, econômicos, sociais, culturais e ambientais.

Depois de desastre, as redes passaram a voltar vazias: o esforço que gerava 70kg de pesca, hoje não gera nem 10kg. Desapareceram muitas espécies. AS 9 mim famílias que ainda tentam viver da pesca artesanal na Baía de Guanabara estão sendo expulsas para a areia. Antes podiam pescar em 78% da Baía. Agora se restringem a 10% desta área pela poluição e também pelo impacto causado por dutos, píers e navios, que não param de ser construídos. E a Capitania dos Portos e seguranças privados da Petrobrás impedem o acesso às melhores áreas de pesca. O mangue, no bairro Ipiranga, 12 anos depois do vazamento, segue contaminado. Os caranguejos, fontes de sobrevivência de mais de 300 famílias, desapareceram (Entrevista com representante da AHOMAR *apud* FAUSTINO e FURTADO, 2013).

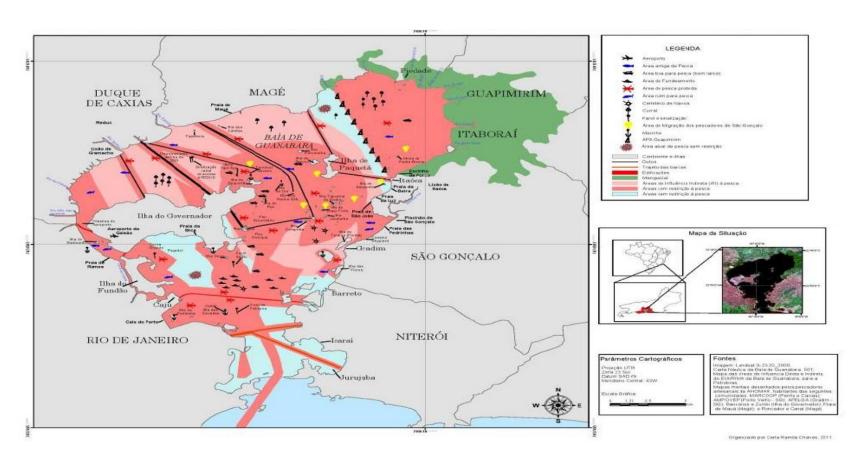
Contudo, observamos que as consequências sofridas pelos pescadores artesanais, não estão apenas relacionadas aos riscos de acidentes ambientais, mas também, às obras de ampliação e manutenção da Refinaria REDUC. O pescado é afastado pelo som oriundo dos dutos e das máquinas utilizadas nessas obras, reduzindo ainda mais o espaço disponível para pesca. Os mapas a seguir (Mapas 1 e 2) apresentam a diminuição da área de pesca na Baía de Guanabara após a intensificação e ampliação de algumas atividades da REDUC. Porém, é válido ressaltar que, mesmo perdendo sua área tradicional de pesca, os pescadores e pescadoras da Baía, não tem sido recompensados pelos danos e perdas que vem sofrendo com a indústria do petróleo.

LEGENDA MAGÉ Arma de pesca protoda DUQUE DE CAXIAS GUAPIMIRIM ITABORAÍ BALA DE Area atual de pesca sem restrição Mapa da Siluação SÃO GONÇALO NITERÓI RIO DE JANEIRO Parámetros Cartográficos Organizada por Carla Ramão Chaves, 2011.

Mapa 1: Área de pesca sem influência de dutos

Fonte: Chaves, 2011, p.137

Mapa 2: Área de pesca com influência direta dos dutos



Fonte: Chaves, 2011, p.137

O atual processo de ampliação da REDUC está associado a construção e implementação das obras do Comperj, que entre outros projetos, contempla a ampliação do terminar de Campos Elíseos e dutos entre Campos Elíseos e o Comperj (FAUSTINO e FURTADO, 2013).

Um exemplo prático da disputa entre a REDUC e os pescadores que dependem da Baía para manutenção de sua cultura é embargo organizado pelos próprios pescadores a implantação de novos dutos para a ampliação do parque industrial¹⁰. A imagem (figura 6) a seguir foi feita no dia da ocupação dos canteiros de obras para impedir e exigir a elaboração e concessão das licenças ambientais.



Figura 6: Embargo a construção de novos dutos do parque industrial da REDUC

Fonte: Imagem disponibilizada pelo pescador Alexandre Anderson durante palestra no *Seminário 50 anos de REDUC: ganhos, perdas e danos*, realizado na Faculdade de Educação da Baixada Fluminense entre os dias 16 e 17 de setembro de 2011.

De acordo com a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (PNPCT), decreto 6.040, de 7 de fevereiro de 1997, art. 3°, parágrafo I:

Povos e Comunidades Tradicionais são entendidos como grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem próprias de organização social, e ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição.

A obra ficou paralisada por alguns dias, e a empresa devido a repercussão e a falta de documentação que a respaldasse em relação a implementação das obras, optou por não realizar a instalação dos dutos.

O Programa Nacional de Direitos Humanos-3 (PNDH-3), afirma em um de seus eixos o direito a participação efetiva em todo o processo de elaboração e implantações de projetos de grande impacto socioambiental, além do direito a medidas compensatórias diante dos impactos sofridos (Eixo II, PNDH-3).

As indicações feitas pelos planos citados acima, elaborados por órgãos e entidades públicas do nosso Governo, garantem em sua integra o direito ao território pelos povos reconhecidos como tradicionais. Tal fato se apresenta como uma contradição da postura do Governo, enquanto acionista majoritário das ações da Petrobrás se apresenta como financiadora de políticas segregadoras e degradação de importantes ecossistemas.

3.2 O Movimento Social

As questões que envolvem as transformações que ocorreram em relação aos movimentos sociais no Brasil nas últimas décadas se desdobrariam em inúmeros trabalhos, com diferentes possibilidades de análise, porém no presente trabalho optamos por fazer apenas um breve resumo sobre as principais transformações teóricas e estruturais que os movimentos sociais e as questões que dele emergem vem sofrendo nos últimos anos.

O entendimento sobre o que é considerado um movimento social e suas características tem se modificado no Brasil ao longo das últimas décadas. Segundo Loureiro (2002), baseado em Scherer-Warren (1996), o movimento social apresenta algumas características estruturantes como: cooperação estratégica, ação coletiva, formação de uma rede informal de comunicação, metas comuns, identidade e desejos de mudanças sociais radicais ou não.

É fundamental fazer uma análise cronológica sobre as mudanças no teor dos movimentos sócias nas últimas décadas em nosso país. Ainda segundo Loureiro (2002), baseado em Gohn (1995), até os anos cinquenta, no Brasil, os movimentos sociais estavam baseados na relação entre burguesia e proletariado, pautados na crítica a uma sociedade industrial e nas contradições ligadas à luta de classes. Os principais

representantes desse tipo de movimento eram os sindicatos de trabalhadores e as associações políticas.

Os anos sessenta trazem uma mudança, e o cenário da luta passa a ser o embate entre excluídos e incluídos baseando-se "na crença de que era viável a construção de processos de ruptura com o capitalismo e de instauração de socialismo pelo domínio dos aparelhos de Estado" (LOUREIRO, 2002, p.84).

Nos anos setenta, Loureiro (2002), baseado na ideia de Almeida e Sorj (1998), aponta que os movimentos sociais tornam-se o "espaço privilegiado de conflito na sociedade civil", afirmando a tendência de que o Estado era visto como o principal inimigo, devido a defesa de interesses de uma elite política e econômica.

Com a chegada dos anos oitenta os chamados novos movimentos sociais se constituem, "posicionando-se criticamente em relação às formas tradicionais de ação política (LOUREIRO, 2002, p.85). É nessa década que os movimentos sociais:

Assumiram a luta pelo cotidiano e pela livre expressão e organização mantendo uma posição autônoma diante do Estado, não o excluindo, porém, do diálogo na busca por soluções por soluções de problemas vivenciados. Incorporaram outras questões, além das de classe, buscando a consolidação de uma cultura crítica construída a partir da sociedade civil (LOUREIRO, 2002, p.85)

Nos anos noventa o eixo articulador dos movimentos sociais, passa a ser a luta pela criação de mecanismos de gestão de territórios abandonamos pelas instituições públicas (LOUREIRO, 2002). Essa nova tendência pode ser encontrada nos movimentos que atuam nas lutas provenientes dos conflitos na Baía Guanabara.

Os atuais movimentos sociais possuem em suas bases alguns pontos relevantes que os diferenciam dos antigos (GOHN, 2010). Gohn¹¹ apresenta em sua obra intitulada de: *Movimentos Sociais e Redes de Mobilizações Civis no Brasil Contemporâneo* (2010), alguns dos pontos que enfatizam essa diferenciação dos atuais movimentos sociais, pois as necessidades contemporâneas foram transformadas em relação as do passado. No caso do presente trabalho optamos por enfatizar apenas um de seus apontamentos.

¹¹ Maria da Glória Gohn, Doutora em Ciência Política pela Universidade de São Paulo, com pós doutorado na New SchoolofUniversit, Nova York. Professora titular da Faculdade de Educação de Campinas e professora do programa de pós-graduação em educação da Uninove.

Gohn (2010) aponta "as alterações no papel do Estado em suas relações com a sociedade civil e em seu próprio interior"(p.20) como um dos pontos que modificaram a base dos movimentos sociais na atualidade. Isto significa que o Estado passa a priorizar "processos de inclusão social de setores e camadas tidas como 'vulneráveis ou excluídas" (GOHN,2010, p.20). Essa transformação pode ser observada a partir da nova lógica proposta pelo governo, de criação de programas que incluam os grupos tidos como excluídos como os índios, afrodescendentes, entre outros.

No caso da Baía de Guanabara esse novo modelo de gestão do Estado pode ser identificado nas ações para com o grupo de pescadores locais. Após o acidente da REDUC em janeiro de 2000, conforme citado anteriormente, o governo legaliza a situação dos pescadores, retirando-os da ilegalidade para que possam receber as indenizações¹² provenientes da multa sofrida pela Petrobrás.

Conforme Gohn(2010) aponta: "Se antes o entendimento da exclusão/inclusão era tratado como uma polaridade, inerente ao capital, na atualidade é visto como um dado a ser administrado tecnicamente ou geridos pelas práticas de assistências" (p.30), e é exatamente assim que foi realizado no caso dos pesadores, legalizados pra que fossem inclusos.

A questão do território torna-se fundamental também no entendimento das atuações contemporâneas dos movimentos sociais. Podemos observar a importância dessa categoria no trecho escrito por Gohn (2010):

Território passou a ser uma categoria ressignificada e uma das mais utilizadas para explicar as ações localizadas, mas é uma nova concepção de território - distante da geografia tradicional que a confundia com o espaço físico. Território passa a se articular à questão dos direitos e das disputas pelos bens econômicos, de um lado, e, de outro, pelo pertencimento ou pelas raízes culturais de um povo ou etnia (p.29).

Essa disputa pelo direito dos bens econômicos, de um lado, e, do pertencimento de outro, é o que encontramos no dinâmico espaço da Baía, e é o fato que alimenta as ações e envolvimento dos movimentos sociais para com esse território.

1

¹²Embora a Petrobras afirme que os pescadores tenham sido indenizados, as organizações consultadas demostram que até hoje as providências tomadas não que até hoje as providências tomadas não resultaram em benefícios nem para a Baía de Guanabara nem para os pescadores. No processo de indenização, a Petrobrás teria envolvido algumas colônias de pesca, ao invés de realizar um processo coletivo, que garantisse ações concretas, de acordo com as demandas e realidades de todas as organizações de pesca artesanal impactadas (FAUSTINO e FURTADO, 2013, p.59)

Gohn (2010) aponta dez eixos temáticos¹³ acerca do atual cenários do movimentos sociais no Brasil na atualidade. Dentre os eixos apresentado, o segundo, que se refere aos movimentos ambientalistas é o mais adequado para a nossa proposta de análise da atuação dos movimentos sociais nos conflitos da Baía de Guanabara. Esse complexo espaço possibilita a identificação de inúmeros conflitos que surgem a partir das dimensões de analise que aplicamos para estudar a Baía. Para que fosse possível a realização desse trabalho optamos por analisar a atuação do movimento social em relação ao conflito que emerge a partir de uma das dimensões vistas no capítulo dois: a dimensão socioambiental. A partir dessa dimensão encontramos o conflito entre dois elementos do espaço: os Homens e as Firmas.

Os movimentos sociais vem tomando espaço nos debates da Geografia, quando alguns trabalhos vem sendo desenvolvidos baseados nessa temática. A obra de Renato Emerson dos Santos intitulada *Movimentos Sociais e Geografia: Sobre a(s)* espacialidade(s) da ação social (2011) é um exemplo que aponta algumas tendências analíticas dentro da geografia acerca dos movimentos sociais. Em sua obra Santos (2011) identificas três tendências analíticas na Geografia sobre essa questão:

- Geografia da organização dos movimentos sociais Seria o eixo de trabalhos que tem como base uma abordagem mais descritiva acerca da organização dos movimentos e sua configuração espacial, o que não exclui as bases teóricas que envolvem esses trabalhos (SANTOS, 2011).
- 2) Geografia da Lutas Populares Essa tendência trabalha com as questões que envolvem a materialização das lutas e conflitos sociais no espaço.

São estudos que não descrevem as organizações dos movimentos, mas especializam as formas das lutas e as dimensões de evidencia dos conflitos [...] apresenta o processo de produção do espaço capitalista como sendo pleno

_

¹³Os eixo temáticos propostos por Gohn (2010) são: Movimentos sociais ao redor da questão urbana; Movimento sociais em torno da questão do meio ambiente urbano e rural; Movimentos identitários e culturais: gêneros, etnias, gerações; Movimento de demandas na área do direito; Movimentos ao redor da questão da fome; Mobilizações e Movimentos sociais área do trabalho; Movimentos decorrentes das questões religiosas; Mobilizações e movimentos rurais; Movimentos sociais no setor de comunicações; Movimentos sociais globais.

de contradições, e são estas que vão se configurar nos motores da criação dos movimentos sociais. (SANTOS, 2011, p.28

- 3) Geo-grafias dos movimentos sociais Esta corrente contempla os trabalhos sobre as proposições de categorias para o debate da geografia e movimentos sociais. Essa corrente é dividida em dois eixos de pensamento:
 - A) Propostas de categorias analíticas para o debate dos movimentos sociais pela geografia.
 - B) Propostas de pensar o movimento social como uma categoria analítica da geografia.

Essas tendências analíticas propostas por Santos (2011) não se apresentam com caráter de evolução no tratamento dessa questão pela Geografia, e sim em algumas possibilidades de realizar um trabalho a partir de diferentes olhares geográficos.

No presente trabalho a 3 proposta acerca da Geo-grafias dos movimentos sociais seria a mais indicada para uma analise mais aprofundada das questões abordadas ao longo do desenvolvimento da pesquisa. A subdivisão dessa proposta também não configura uma questão de evolução, e sim diferentes formas de analise e contribuição dos movimentos sociais e a geografia.

Como o espaço da Baía apresenta-se complexo em relação aos seus conflitos e tensões, optamos aqui por analisar o conflito entre os pescadores (homens) e as REDUC (firma), a fim de entender como os movimentos sociais vem atuando frente aos embates gerados por ambos elementos dos espaço.

Escolhemos como exemplo de Movimento Social, que vem atuando de forma ativa nesse conflito, o Fórum dos Atingidos Pela Indústria do Petróleo e Petroquímica nas Cercanias da Baía de Guanabara (FAPP-BG). A participação na criação e desenvolvimento do Fórum, possibilitou a realização de uma breve análise sobre sua atuação.

3.3 O FAPP-BG e sua atuação nos conflitos socioambientais na área da Baía de Guanabara

Criado no contexto de grandes conflitos socioambientais causados pela REDUC na região do entorno da Baía de Guanabara, o FAAP-BG tem sua origem após a realização do *Seminário de 50 anos de REDUC: ganhos, perdas e danos*, nos dias 16 e 17 de Setembro de 2011, que foi organizado e contou com apoio de um conjunto de instituições (anexo 1) que participam de forma direta ou indireta na luta pela manutenção da justiça e direitos da população.

Diante da grande demanda apresentada no decorrer do seminário, algumas instituições concluíram que o debate sobre os conflitos socioambientais na área da Baixada Fluminense, necessitava acontecer de uma forma mais continua, chegando a um conjunto de propostas que "visa contribuir para a construção e o fortalecimento de processos decisórios mais participativos, envolvendo o controle social das atividades industriais e a promoção de justiça ambiental" (DECLARAÇÃO DE LANÇAMENTO DO FAAP-BG, 2012).

A questão da justiça ambiental, tema que irá constantemente perpassar por todas as discussões e reuniões realizadas pelos integrantes do FAAP-BG, refere-se a uma ressignificação da questão ambiental, que segundo Ascelrad (2010) expressa:

Uma noção emergente que integra o processo histórico de construção subjetiva da cultura dos direitos. Na experiência recente, essa noção de justiça surgiu da criatividade estratégica dos movimentos sociais que alteraram a configuração de forças sociais envolvidas nas lutas ambientais e, em determinadas circunstâncias, produziram mudanças no aparelho estatal e regulatório responsável pela proteção ambiental (p. 111).

Nesse sentido, essa noção é entendida pelos integrantes do FAAP-BG, como:

Conjunto de princípios e práticas que asseguram que nenhum grupo social, seja ele étnico, racial, de classe ou gênero suporte uma parcela desproporcional das conseqüências ambientais negativas de operações econômicas, de políticas e programas federais estaduais e municipais locais, bem como resultantes da ausência ou omissão de tais políticas (DECLARAÇÃO FINAL DO COLÓQUIO INTERNACIONAL SOBRE JUSTIÇA AMBIENTAL, TRABALHO E CIDADANIA, 200, apud DECLARAÇÃO DE LANÇAMENTO DO FAAP-BG, 2012).

Podemos perceber, contudo, que esse conjunto de princípios e práticas, apresentados como justiça ambiental é justamente o contrário da realidade encontrada no espaço da Baixada Fluminense, e da vivenciada pelas populações menos favorecidas.

O principal objetivo do FAAP-BG é contribuir para o fortalecimento das lutas contra as injustiças e problemas ambientais que atingem a região do entorno da Baía de Guanabara, principalmente no caso dos problemas gerados pela indústria do petróleo e seus derivados que como vimos, se encontra atuando de forma muito marcante nessa região. Em sua declaração de lançamento (2012), há a proposta de 10 estratégia de ações, que não se limitam a elas, para que os objetivos principais de garantia de uma maior justiça ambiental sejam alcançados (ver anexo 2).

Apesar do lançamento oficial de sua declaração (anexo 2) datar de abril de 2012, as demandas dos conflitos na Baía de Guanabara, já vinham sendo discutidas entre os membros integrantes do FAAP-BG desde o Seminário de 50 anos da REDUC. Em seu pouco tempo de criação o Fórum tem apresentado uma agenda¹⁴ extensa e intensa de eventos, seminários, audiências públicas em prol das lutas dos atingidos pela indústria do petróleo. O Fórum realiza reuniões mensais para a discussão e proposta acerca dos problemas que se encontram em maior evidencia na região. As Reuniões são abertas a todos que desejam contribuir para a luta por uma maior justiça ambiental.

As ações realizadas pelo FAAP-BG, não se limitam a área referente ao entorno do polo industrial instalado na Baixada Fluminense. Uma de suas estratégias e ações segundo sua declaração de lançamento é exatamente a de "realizar discussões em nível nacional e internacional sobre os impactos da indústria do petróleo e petroquímica" (2012).

A parceria com o representante do movimento negro norte americano, Professor Dr. Robert Bullard¹⁵, confirma esse estratégia de ação. Em reunião que ocorreu no dia 22 de agosto de 2012, onde o objetivo era a troca de informações sobre as estratégias de ações por parte do movimento negro norte americano (ver anexo 3).

A diversidade de instituições que compõem o FAAP-BG possibilitam o apontamento com maior clareza da:

¹⁵Diretor do Barbara Jordam-Mickey Leland School of Public Affair, Texas Souther University. Fundador e diretor do Centro de Pesquisas de Justiça Ambiental, Clark Atlanta Univerty. Autor de *Dumping in dixie* e *Just sustainnabilitiesDevelopet in Uniqual Word*.

¹⁴ Para um maior detalhamento sobre a agenda do FAAP-BG acesse o Blog do Fórum: http://fappbg.blogspot.com.br/p/agenda.html

[...] gravidade dos problemas ambientais relacionados direta ou indiretamente às atividades industriais que nas últimas décadas reorganizaram a dinâmica territorial local. Também demonstra a vitalidade da organização social na Baixada Fluminense e as novas alianças nascidas da história de luta por direitos de seus moradores (FAAP-BG, 2013, p.14).

É importante destacar que essa diversidade de instituições que compõem o FAPP-BG, apesar de militarem em favor dos atingidos pela indústria petroquímica, possuem objetivos finais diferenciados. Essas divergências entre os integrantes do Fórum, foi identificada ao longo da participação nas reuniões (foram acompanhadas oito reuniões durante o ano de 2013). Um exemplo desses diferentes olhares pode ser observado nos objetivos finais das lutas dos integrantes do Sindicato dos Petroleiros do Estado do Rio de Janeiro (SINDIPETRO) e da AHOMAR. Ambos militam por melhores condições de trabalho e de vida, diante dos inúmeros prejuízos causados pela indústria do petróleo, mas ao estreitar essa análise as contradições entre as lutas aparecem.

O SINDIPETRO, composto por trabalhadores da indústria do petróleo, no caso presente a REDUC, querem melhores condições de trabalhos, salários, e a preservação da Baía, mas são a favor da expansão e ampliação da refinaria, pois assim novos postos de trabalhos poderão ser gerados e até mesmo a possibilidade de crescimento e melhores salários podem surgir diante dessa evolução. No caso da AHOMAR, a luta pela preservação da Baía, é totalmente oposta ao ideal do SINDIPETRO, a expansão da refinaria é o "decreto de morte" de uma cultura tradicional como a pesca artesanal, e da manutenção do sustento de uma grande quantidade de famílias que dependem dessa atividade para sua subsistência.

Diante disso podemos concluir que mesmo dentro de um movimento social como o FAPP-BG há divergência entre os integrantes e a forma de pensar e lutar por seus objetivos. Essa divergência de olhares possibilita uma visão mais ampla sobre os diferentes aspectos dos danos provocados pela presença do polo petroquímico no entorno da Baía, e contribuem para o fortalecimento dessa organização, pois mesmo com visões diferentes todos possuem voz ativa nas decisões tomadas pelo FAPP-BG. O Fórum vem ganhando legitimidade e credibilidade junto aos diversos afetados por essas industrias tornando-se referência na luta por justiça ambiental.

Além de um processo permanente de incidência junto ao poder público através dos conselhos e instancias de participação já existentes, entre as estratégias definidas pelo Fórum estão o desenvolvimento de ações de formação e de monitoramento das atividades da indústria petrolífera e petroquímica na Baía de Guanabara (que compreende a reivindicação permanente por acesso à informação e a participação), a realização de discussões em nível nacional e internacional sobre os impactos da indústria do petróleo e petroquímica e sua relação com o modelo energético e de desenvolvimento brasileiro (FAAP-BG, 2013, p.18).

Um outro de exemplo de atuação do FAAP-BG é a sua participação em Seminários e debates acerca da temática dos principais conflitos socioambientais. No ano de 2012, entre outros eventos podemos apresentar a participação do Fórum no III Seminário de Injustiça Ambiental, que foi desenvolvido em parceria com a UNIGRANRIO-CAMPUS CAXIAS, e ocorreu entre os dias 20 e 21 de Agosto, com a presença do Professor Dr. Robert Bullard.

As reuniões do Fórum ocorrem uma vez por semana, e contam sempre com uma pauta extensa de debates e proposições de ações para os conflitos nos quais está diretamente envolvido (ver anexo 4). A atuação do FAAP-BG, não se restringe apenas aos movimentos ligados aos problemas ambientais que atingem a população, embora seja essa sua principal linha, as recentes manifestações¹⁶ em prol de uma maior justiça social. O Fórum participou ainda de forma efetiva da elaboração do Plano de Manejo da APA São Bento¹⁷.

O acompanhamento das reuniões e dos debates realizados pelo Fórum foram de grande importância para o desenvolvimento desse trabalho, pois foi possível se inteirar de forma efetiva dos problemas que vem atingindo a população do entorno da Baía, ou que dela dependem, como os pescadores artesanais.

¹⁶ Sobre essa questão desenvolvemos um trabalho mais aprofundado intitulado A cidade por trás da máscara: reflexões acerca do espaço urbano brasileiro e das recentes manifestações sociais a partir do filme V de Vingança disponível em: Revista Eletrônica História, Natureza e Espaço (http://www.epublicacoes.uerj.br/index.php/niesbf/issue/current/showToc).

17 Unidade de Conversação localizada no Município de Duque de Caxias, RJ.

Considerações Finais

O atual estado de degradação da Baía de Guanabara é resultado de um longo processo de desenvolvimento e crescimento de seu entorno, baseado sempre na lógica de interesse de reprodução do capital. Assumindo inúmeras funções, desde antes da chegada dos portugueses, a Baía vem sofrendo com constantes agressões, sempre relacionadas as funções que foram sendo agregadas a esse espaço.

As diferentes funções assumidas pela Baía, não foram sendo substituídas umas pelas outras, mas, apresentaram-se em uma relação dialética de superação, sendo o seu conjunto o responsável, para o atual estado de degradação em que ela se encontra, ao contrário do que o governo tenta demonstrar, atribuindo a culpa ao despejo de esgoto sem tratamento das populações menos favorecidas.

Dentro do processo de evolução que o entorno da Baía vivenciou ao longo dos anos, o seu espaço se tornou importante para o desenvolvimento de novos empreendimentos que atendessem os interesses do Governo. Nesse contexto identificar os elementos do espaço presentes na Baía, as suas relações e inter-relações são fundamentais para que possamos entender quais os conflitos e tensões presentes atualmente no Espaço da Baía. As dimensões de analise propostas por Pacífico (2011), assim como os elementos propostos por Santos (2012) trazem com mais clareza a base e as relações entre os conflito encontrados na Baía.

A instalação da Refinaria Duque de Caxias-REDUC, e o polo petroquímico de seu entorno, chegam para intensificar a degradação ambiental desse ecossistema, além de contribuir para a intensificação dos conflitos socioambientais presentes no espelho d'agua e no entorno da Baía de Guanabara.

O presente trabalhou apontou como exemplo desses conflitos, o embate entre os pescadores artesanais e REDUC. Esse embate, transformou o espaço da Baía em um território de disputa entre esses elementos, fazendo com que a população tradicional (pescadores), vivenciassem uma grande redução de sua área de pesca, e que seu território, com o qual possuem uma grande identidade, fosse cada vez mais restringido.

Dento dessa lógica de exclusão de povos tradicionais de seus territórios, o presente trabalhou destacou a importância da atuação dos movimentos sociais , que

vieram sofrendo transformações e ganhando visibilidades nos últimos anos, no cenário nacional. A atuação do FAAP-BG nos conflitos que envolvem os pescadores vem sendo de estrema importância para visibilidade da causa.

Há ainda um longo percurso a se fazer em relação a construção das bases e categorias de análise dos movimentos sociais, para que esses possam contribuir de forma mais efetiva para a resolução e visibilidade das mazelas que atingem as populações menos favorecidas, e prejudicadas ambientalmente.

Em relação ao conflito entre os pescadores e a REDUC, reconhecemos que: "a negligência do estado do Rio de Janeiro em relação às condições dos pescadores e pescadoras artesanais vai na contramão da importância dessa atividade, não só para as comunidades que a realizam, como também para toda sociedade" (FAUSTINO e FURTADO,2013, p.40)

Há ainda muito a se fazer para que os problemas apontados por esse trabalho, tenham de fato uma solução positiva para os afetados por eles. No entanto é necessário que haja uma mudança de postura do Governo, principal financiador das empresas que mais poluem e agridem o meio ambiente.

A atuação do FAAP-BG, e de outras entidades precisam ser fortalecidas e reconhecidas como associações que tenham um maior poder e visibilidade para atuar de forma efetiva na cobrança e resolução desses problemas.

Referências

ABREU, Mauricio de Almeida. **Geografia Histórica do Rio de Janeiro (1502-1700)**, 2 vols. Rio de Janeiro: Andrea Jakobsson Estúdio & Prefeitura do Município do Rio de Janeiro, 2010, 420 p.

ACSELRAD, Henri. Ambientalização das lutas sociais o caso do movimento de justiça ambiental. **Estudos Avançados** (USP.Impresso), v. 24, p. 103-120, 2010.

AMADOR, Elmo S. **Baía de Guanabara e Ecossistemas Periféricos:** Homem e Natureza. Edição do autor: Rio de Janeiro, 1997. 539 p.

CHAVES, Carla Ramôa. **Mapeamento Participativo da Pesca Artesanal da Baía de Guanabara.** Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2011.

COELHO, Victor M. B. **Baía de Guanabara:** uma história de agressão ambiental. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2007. 278p.

DRUMMOND, José Augusto. **Devastação e Preservação Ambiental:** os parques nacionais do Estado do Rio de Janeiro. Niterói: EdUFF, 1997. 159p.

FADEL, Simone. Meio Ambiente, Saneamento e Engenharia no Império e na Primeira República. Rio de Janeiro: Garamond, 2009. 254p.

; TAVARES, Felipe Rangel; SOUZA, Gabriel de Lima. Estado, Poder e Conflitos: Análise do impacto em Áreas Protegidas. In: **História, Natureza e Espaço -** Revista Eletrônica do Grupo de Pesquisa NIESBF.Rio de Janeiro: v. 2, nº 1, 2013.

Disponível em: http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/niesbf/index, acessado em 15 de Janeiro de 2013.

______; FERNANDES, Jessica D. P.; SOUZA, Gabriel de Lima. Relações Socioambientais e Conflitos Revelados numa Área de Manguezais em Magé - Baixada Fluminense. In: **História, Natureza e Espaço -** Revista Eletrônica do Grupo de Pesquisa NIESBF.Rio de Janeiro: v. 1, nº 1, 2012. Disponível em: http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/niesbf/index, acessado em 15 de Janeiro de 2013.

FAUSTINO, Cristiane; FURTADO, Fabrina. **Indústria do Petróleo e Conflitos Ambientais na Baía de Guanabara: o caso do Comperj** - Relatório da Missão de Investigação e Incidência - Plataforma Dhesca - Relatoria do Direito Humano ao Meio Ambiente. Rio de Janeiro: 2013. Disponível em:

http://br.boell.org/downloads/PlatDHESCA_O_caso_do_comperj(1).pdf, acessado em 15 de Janeiro de 2013.

FÓRUM DOS ATINGIDOS PELA INDÚSTRIA DO PETRÓLEO E PETROQUÍMICA NAS CERCANIAS DA BAÍA DE GUANABARA - FAPP-BG (Orgs.) 50 anos da Refinaria Duque de Caxias e a expansão da indústria petrolífera no Brasil: Conflitos Socioambientais no Rio de Janeiro e desafios para o país na era do Pré-sal. Rio de Janeiro: FASE - Solidariedade e educação, 2013.

GOHN, Maria da Glória. **Movimentos Sociais e Redes de Mobilizações Civis no Brasil Contemporâneo.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2010

HAESBAERT, Rogério. Da Desterritorialização à Multiterritorialidade. In: **Boletim Gaúcho de Geografia.** Porto Alegre: v. 29, p. 11 - 24, 2003.

______. Da Desterritorialização à Multiterritorialidade. In: Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina - 20 a 26 de março de 2005 - Universidade de São Paulo, 2005. Disponível em: http://www.planificacion.geoamerica.org/textos/haesbaert_multi.pdf, acessado em 15 de Janeiro de 2013.

HARVEY, David. A justiça social e a cidade. São Paulo: Hucitec, 1980. 291p.

_____. O Novo Imperialismo. 5ª edição. São Paulo: Edições Loyola, 2011.

LEFEBVRE, Henri. *La Production de l'Espace*. Paris: Anthropos, 1986.

LOUREIRO, Carlos Frederico Bernardo. Educação Ambiental e movimentos sociais na construção da cidadania ecológica e planetária. In: LOUREIRO, C. F. B.; *et.al.* (Orgs.) **Educação Ambiental:** repensando o espaço da cidadania. São Paulo: Cortez, 2002.

PACÍFICO, Alan. **O Espaço da Baía de Guanabara e suas múltiplas tensões:** uma abordagem geográfica e multidimensional para a compreensão do planejamento e gestão de seu sistema de circulação. I Simpósio de Estudos Urbanos - Desenvolvimento Regional e Dinâmica Ambiental, 2011. Disponível em: http://www.mauroparolin.pro.br/seurb/Trabalhos/EIXO_1_PLANEJAMENTO_E_GES_TAO_URBANA_16_ARTIGOS/PACIFICO_COMPLETO_O_ESPACO_DA_BAIA_DE_GUANABARA_E_SUAS_MULTIPLAS_TENSOES.pdf, acessado em 15 de Janeiro de 2013.

SANTOS, Renato Emerson dos. **Movimentos Sociais e geografia:** sobre a(s) espacialidade(s) da ação social. Rio de Janeiro: Consequência, 2011.

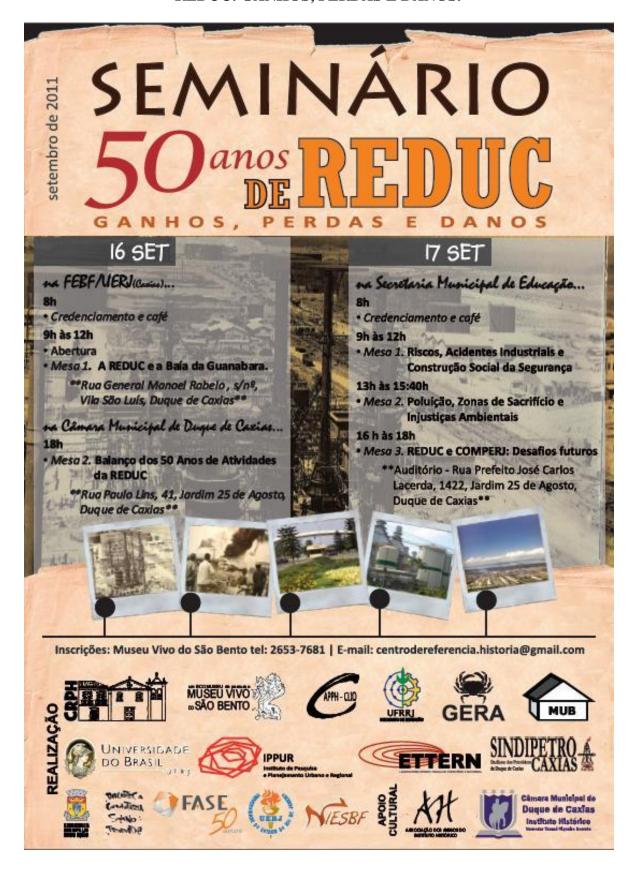
SANTOS, Milton. **Espaço e método.** 5ª edição. São Paulo: EdUSP, 2012.

SILVEIRA María Laura **O Brasil -** Território e Sociedade no início do

______; SILVEIRA, María Laura. **O Brasil -** Território e Sociedade no início do século XXI. 16ª edição. Rio de Janeiro: Record, 2012.

ANEXOS

ANEXO 1 - FOLDER DE DIVULGAÇÃO DO SEMINÁRIO 50 ANOS DA REDUC: GANHOS, PERDAS E DANOS.



ANEXO 2 - DECLARAÇÃO DE LANÇAMENTO DO FAPP-BG (ABRIL DE 2012)

DECLARAÇÃO DE LANÇAMENTO DO FAPP-BG

11 de agosto de 2012 às 19:20 @

Nós, representantes de movimentos sociais, organizações de pescadores, moradores, sindicatos de trabalhadores, ONGs, entidades ambientalistas, pesquisadores universitários, professores e estudantes do entorno da Baía de Guanabara, especialmente da Baixada Fluminense, considerando que:

- A população das cercanias da Baía de Guanabara, especialmente a mais próxima das unidades industriais de petróleo e petroquímica, está exposta a situações de injustica ambiental e de vulnerabilidade, tais como: Habitações precárias, em locais com riscos de enchentes, falta de equipamentos públicos de saúde, de abastecimento regular de água tratada e de outras ações de saneamento; Riscos de vazamento de gases e de óleo, lancamento de efluentes industriais nos rios e na Baía de Guanabara, contaminação de solos, transporte de cargas perigosas, armazenamento de combustíveis e outros derivados do petróleo, emissões gasosas e exposição a altos níveis de poluição atmosférica, explosões e incêndios; Dificuldade de formação profissionalizante e inserção em postos de trabalho na Refinaria e outras empresas do Pólo Petroquímico. Degradação e abandono do patrimônio arqueológico e histórico, do patrimônio cultural material e imaterial bem como a ausência de políticas de valorização, preservação, transmissão e quarda das memórias e saberes locais tradicionais historicamente construídos. Poluição das águas e outras atividades envolvidas com a inviabilização dos modos de subsistência das comunidades tradicionais de pesca.
- Os riscos e danos já existentes podem atuar sinergicamente com impactos socioeconômicos e ambientais decorrentes do desenvolvimento das indústrias do petróleo e petroquímica no Estado do Rio de Janeiro e, em particular, em sua Região Metropolitana (RMRJ), que envolve: Inicio das atividades de exploração do pré-sal; Investimentos em andamento ou já realizados como o Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (COMPERJ); Plano de Antecipação da Produção de Gás (PLANGAS); Ampliação da Refinaria Duque de Caxias (REDUC) Arco Metropolitano; Pólo Siderúrgico de Itaguaí/Sepetiba.

• A desigualdade e a injustiça ambiental vivida pelas populações diretamente afetadas pela indústria do petróleo e petroquímica instalada nas cercanias da Baia de Guanabara têm origem em processos complexos de produção de desigualdades envolvendo relações entre trabalhadores, empresas, sociedade e governos. Elas também refletem o quadro de concentração de poder na apropriação dos recursos naturais e na definição do uso desses recursos que caracteriza a história do país. Em diversas regiões do Brasil são os trabalhadores, os grupos de baixa renda, as populações discriminadas pela sua origem, cor ou etnia que estão mais expostas aos riscos ambientais e que tem menor acesso ao saneamento básico, ao ar puro, a água potável e a segurança fundiária. A elas é também negada a possibilidade de participar efetivamente das decisões sobre o uso do espaço em que vivem e que influem diretamente na qualidade de suas vidas.

Considerando também que o conjunto de propostas apresentadas no "Seminário 50 anos de REDUC: Ganhos, Perdas e Danos" visa contribuir para a construção e o fortalecimento de processos decisórios mais participativos, envolvendo o controle social das atividades industriais e a promoção de justiça ambiental, entendida como: "Conjunto de princípios e práticas que asseguram que nenhum grupo social, seja ele étnico, racial, de classe ou gênero suporte uma parcela desproporcional das conseqüências ambientais negativas de operações econômicas, de políticas e programas federais estaduais e municipais locais, bem como resultantes da ausência ou omissão de tais políticas" (DECLARAÇÃO FINAL DO COLÓQUIO INTERNACIONAL SOBRE JUSTIÇA AMBIENTAL, TRABALHO E CIDADANIA, 2001). Resolvemos constituir o Fórum dos Afetados pela Indústria do Petróleo e Petroquímica nas cercanias da Baia de Guanabara com vistas a garantir maior controle social e participação da população e grupos afetados nas decisões relativas às atividades industriais, particularmente relacionadas à indústria do petróleo e petroquímica na região. Entre nossas estratégias/ações de superação das situações consideradas de injustiça ambiental nas áreas afetadas pelo Pólo Petroquímico de Duque de Caxias ou em estado de vulnerabilidade em decorrência dos grandes projetos de "desenvolvimento" em implantação na RMRJ fazem parte:

 Internalizar as discussões do Fórum junto aos conselhos municipais, especialmente do Conselho Municipal de Desenvolvimento da Cidade de Duque de Caxias (CONCIDADE), com vistas a influenciar sua agenda e a discussão das políticas públicas municipais.

- Reivindicar estudos epidemiológicos no entorno do Pólo Petroquímico de Duque de Caxias para identificar perfis de adoecimento e morte e possíveis relações com as atividades do Pólo, propondo políticas de saúde a partir desses estudos. Atualizar os estudos de riscos oferecidos pelas empresas do Pólo, suas possíveis sinergias e cenários de acidentes, bem como assegurar a sua divulgação.
- Reinvidicar processos decisórios e de acompanhamento mais participativos na relação Pólo/comunidade.
- Atualizar o Processo de Alerta e Prevenção de Emergências em Nível Local (Processo APELL) no entorno do Pólo Petroquímico de Duque de Caxias, tornando-o mais crítico e instituir concretamente o sistema de respostas de emergências (P2R2).
- Construir processos de educação ambiental críticos e participativos que levem em conta os saberes tradicionais locais, especialmente na região do Pólo Petroquímico de Duque de Caxias e no entorno de outros empreendimentos industriais ligados aos setores petróleo/petroquímica.
- Realizar discussões em nível nacional e internacional sobre os impactos da indústria do petróleo e petroquímica.
- Discutir o tema petróleo/petroquímica ligado ao debate mais amplo sobre o modelo energético brasileiro e sua relação com as mudanças climáticas.
- Estabelecer parcerias e construir ações solidárias com movimentos sociais, moradores e organizações das áreas de influência da indústria do petróleo e petroquímica.
- Desenvolver ações de formação que relacionem petróleo, gás e injustiças ambientais para movimentos sociais, trabalhadores, professores, moradores de áreas atingidas, entre outros, bem como exigir a inserção destas informações nos currículos escolares.
- Exigir o monitoramento constante e democratização do acesso às informações relativas à qualidade do ar e o controle da poluição atmosférica na região do Pólo Petroquímico de Duque de Caxias e no entorno de outros empreendimentos industriais ligados aos setores petróleo/petroquímica.
- As organizações e pessoas físicas que concordam com os termos e princípios desta Declaração assinam a seguir:
- Associação dos Professores Pesquisadores de História da Baixada Fluminense (APPH-Clio)

- Associação Guadá Vida
- Associação Homens do Mar da Baía de Guanabara (AHOMAR)
- Biblioteca Comunitária Solano Trindade
- Centro de Referência Patrimonial e Histórico do Município de Duque de Caxias (CRPH)
- Decanato de Extensão da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ)
- ECOCIDADE
- Federação de Associações de Moradores de Duque de Caxias (MUB)
- Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (FASE)
- -Feira Cultural e Artesanal de Santa Cruz da Serra
- Grupo de Educação e Recuperação Ambiental (GERA)
- GT Racismo Ambiental
- Instituto Brasileiro de Direito Ambiental (IBDA)
- -Movimento Pró-saneamento e meio ambiente da região do Parque Araruama São João de Meriti.
- Núcleo Interdisciplinar de Estudo do Espaço da Baixada Fluminense (NIESBF/FEBF/UERJ)
- Rede Brasileira de Justiça Ambiental (RBJA)
- Sindicato dos Trabalhadores na Indústria do Petróleo de Duque de Caxias (SINDIPETRO-CAXIAS)
- Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção Civil, Montagem Industrial, Mármore e Granitos, Mobiliário e Vime de Duque de Caxias, São João de Meriti, Nilópolis, Magé e Guapimirim (SITICOMMM)
- Sindicato Estadual dos Profissionais da Educação Núcleo de Duque de Caxias (SEPE/DC)
- Sindicato dos Pescadores do Estado do Rio de Janeiro (SINDPESCA RJ)

São Bento, Duque de Caxias (RJ), 12 de abril

de 2012

ANEXO 3 - EMAIL DE CONVOCATÓRIA PARA A REUNIÃO COM BULLARD

Reunião do FAPP-BG com R. Bullard, um dos precursores da noção de justiça ambiental, 22-08





FAPP - BG Adicionar aos contatos 20/08/2013

Car@s amig@s do Fórum dos Atingidos pela Indústria do Petróleo e Petroquímica nas Cercanias da Baía de Guanabara (FAPP-BG) e parceiros,

No dia 22-08, quinta-feira, teremos uma reunião especial com Robert Bullard, pesquisador e militante do movimento negro americano, que é considerado um dos precursores da noção de justiça ambiental. Suas lutas e pesquisas há cerca de 03 décadas contribuíram muito para as conquistas e fortalecimento dos movimentos por justiça ambiental nos Estados Unidos e, depois, nos outros continentes. Seus estudos são base para muitos pesquisadores em diversos países.

O objetivo da reunião é o relato de experiências do Bullard e dos movimentos que integram o Fórum, na perspectiva do estabelecimento de redes de ação e fortificação das já existentes. Também vamos tratar do lançamento do nosso livro, a ser realizado no dia 19 de setembro às 19h.

Local da reunião: Museu Vivo São Bento, próximo a Casa de Formação da Diocese de Duque de Caxias/PUC – Caxias (Instituto São Bento/Casa São Francisco), à Rua Benjamin da Rocha Junior, 6 – São Bento – Duque de Caxias/RJ.

Horário: 15h

Como chegar?

De carro: Pegar a Linha Vermelha, entrar na saida da Avenida Presidente Kennedy, Duque de Caxias, seguir direto nela, passando pelo centro comercial de Duque de Caxias, bairro Gramacho, ponte em cima do Rio Sarapui, Centro Panamericano de Febre Aftosa (à direita) e virar à direita no sinal da FEUDUC (faculdade). Seguir a rua direto até uma praça. A sede do Museu é ao lado da praça.

De ônibus: Pegar o ônibus Caxias-São Bento, no Centro de Caxias, da empresa Santo Antônio, ou Caxias-Pantanal (via São Bento), da mesma empresa; saltar na praça ao lado da sede do Museu.

De trem: Pegar o trem para Saracuruna na Central e saltar na estação Caxias ou Gramacho. Pegar o ônibus Caxias-São Bento, no Centro de Caxias, da empresa Santo Antônio, ou Caxias-Pantanal (via São Bento), da mesma empresa; saltar na praça ao lado da sede do Museu.

Em caso de dúvidas, entrar em contato com Sebastião F. Raulino (tel 9386-0788) ou com a sede do museu (2653-7681)

Atenciosamente.

__

Secretaria do Fórum dos Atingidos pela Indústria do Petróleo e Petroquímica nas Cercanias da Baía de Guanabara - FAPP-BG fappbg@gmail.com

Casa não deseje mais receber nossos comunicados, nos envie um e-mail com esta solicitação.

ANEXO 4 - PAUTA DE UMA DAS REUNIÕES DO FAPP-BG

Reunião do FAPP-BG quinta-feira, 24-10, às 15h	↑↓×
FAPP - 8G Adicionar aos contatos 22/10/2013 P	
Car@s,	
A próxima reunião do FAPP-BG será quinta-feira, 24-10, às 15h na Sala de Vídeo da FEUDUC (Av. Presidente Kennedy, 9422, São Bento, Duque de Caxias).	
Pauta:	
1)Avaliação do lançamento do Livro. Mapeamento de Instituições/pessoas/militantes/autoridades para quem já foi distribuído.	
Autores que ainda não receberam. Instituições a distribuir. Locais de venda. Pedidos por e-mail de outros estados. Versão eletrônica. Edição da filmagem. Apresentação da Contabilidade do lançamento	
2) Lançamento do livro no Rio (como está a solicitação da ABI).	
3) 12º leilão e fracking	
4) Participação do FAPP-BG na Audiência Pública sobre o Relatório da Plataforma DHESCA Missão "A Indústria de Petróleo, Petrobras e Conflitos Ambientais na Baía de Guanabara (BG): o caso do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (COMPERJ) a ser realizada em Brasília no	o dia 07-11
Informes:	
1) Oficina do estudo sobre TACs	
2) Relato da participação do FAPP-BG no Encontro Nacional da Rede Brasileira de Justiça Ambiental. Encaminhamentos.	
3) Intercâmbio de jovens	
4) Seminário Nanotecnologia, Sociedade e Meio Ambiente	